

ORGANIZADORES:

Renata Egert, Alejandro César Rayo Werlang e Cesar Riboli

ANAIS DE RESUMOS

VIII SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA



**VIII SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA
JURÍDICA**

**ANAIS DE
RESUMOS**



Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai
e das Missões

REITOR

Luiz Mario Silveira Spinelli

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Arnaldo Nogaro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Giovani Palma Bastos

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Nestor Henrique de Cesaro

CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

Diretora Geral

Silvia Regina Canan

Diretora Acadêmica

Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo

Clovis Quadros Hempel

CÂMPUS DE ERECHIM

Diretor Geral

Paulo José Sponchiado

Diretora Acadêmica

Elisabete Maria Zanin

Diretor Administrativo

Paulo Roberto Giollo

CÂMPUS DE SANTO ÂNGELO

Diretor Geral

Gilberto Pacheco

Diretor Acadêmico

Marcelo Paulo Stracke

Diretora Administrativa

Berenice Beatriz Rossner Wbatuba

CÂMPUS DE SANTIAGO

Diretor Geral

Francisco de Assis Górski

Diretora Acadêmica

Michele Noal Beltrão

Diretor Administrativo

Jorge Padilha Santos

CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA

Diretora Geral

Dinara Bortoli Tomasi

CÂMPUS DE CERRO LARGO

Diretor Geral

Edson Bolzan



Anais de Resumos do VIII Seminário de
Monografia Jurídica

20 a 30 de NOVEMBRO de 2017.

Frederico Westphalen - RS

Organização do Evento

Renata Egert

Comissão de avaliação

Alejandro César Rayo Werlang

Aline Ferrari Caeran

André Rodrigues

Antonio Luiz Pinheiro

César Luís Pinheiro

Cesar Riboli

Claudionei Vicente Cassol

Daniel Fensterseifer

Daniela Lipstein

Gustavo Buzatto

Jan Carlos Novakowski

Luciana Borella Camara Ardenghi

Maurício Zandoná

Oliverio de Vargas Rosado

Otacílio Vanzin

Pablo Henrique Caovilla Kuhnen

Patricia Luzia Stieven

Renata Egert

Sérgio Manoel Vieira

Silvana Colombo

Tarcisio Vendruscolo

Thiago Luiz Rigon De Araujo

Walter Ney Zambenedetti

Organização dos Anais

Renata Egert

Alejandro César Rayo Werlang

Cesar Riboli

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Câmpus de Frederico Westphalen
Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas
Curso de Direito

VIII SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA

ANAIS DE RESUMOS

Organizadores

Renata Egert
Alejandro César Rayo Werlang
Cesar Riboli



Frederico Westphalen
2018



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/>.

Organização: Renata Egert, Alejandro César Rayo Werlang e Cesar Riboli

Revisão metodológica: Elisângela Bertolotti

Diagramação: Elisângela Bertolotti

Capa/Arte: Philipe Gustavo Portela Pires

Revisão Linguística: Responsabilidade dos(as) organizadores(as)

O conteúdo de cada resumo bem como sua redação formal são de responsabilidade exclusiva dos (as) autores (as).

Catlogação na Fonte elaborada pela
Biblioteca Central URI/FW

S471a Seminário de monografia jurídica (8. : 2018 : Frederico Westphalen/RS)

Anais de resumos do VIII Seminário de monografia jurídica / Organizadores Renata Egert, Alejandro César Rayo Werlang, Cesar Riboli. – Frederico Westphalen : URI, 2018.
100 p.

ISBN: 978-85-7796-229-7

1. Direito. 2. Cidadania. 3. Sociedade contemporânea. I. Egert, Renata. II. Werlang, Alejandro César Rayo. III. Riboli, Cesar. IV. Título.

CDU 34

Catlogação na fonte: Bibliotecária Jetlin da Silva Maglioni CRB-10/2462



URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prédio 9

Câmpus de Frederico Westphalen
Rua Assis Brasil, 709 - CEP 98400-000
Tel.: 55 3744 9223 - Fax: 55 3744-9265
E-mail: editora@uri.edu.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
PROJETO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: ANÁLISE DO PERFIL DAS MULHERES VÍTIMAS	15
<i>Aline Gartne; Pablo Henrique Caovilla Kubnen</i>	
O DIREITO A SAÚDE E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO	16
<i>Andressa Zatt; Cesar Riboli</i>	
EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA: UMA ANÁLISE À LUZ DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO HC Nº 126.292/SP	17
<i>Arlindo Bortoline; Daniel Pulcherio Fensterseifer</i>	
CONFLITOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: O DIREITO AO ESQUECIMENTO X A LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO E A LIBERDADE DE IMPRENSA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STF	18
<i>Camila Cosman; Silvana Raquel Brendler Colombo</i>	
DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DA UNIÃO	19
<i>Giordano Dalla Valle; André Rodrigues</i>	
CRIMES SEXUAIS: OS LIMITES PENAIS NO TRATAMENTO DO PARAFÍLICO	20
<i>Gianna de Campos; Jean Mauro Mennuzzi</i>	
O TESTAMENTO VITAL COMO COROLÁRIO DO DIREITO À MORTE DIGNA NO BRASIL	21
<i>Luciana Rosa; Aline Ferrari Caeran</i>	
ATO INFRACIONAL: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA DELITUOSA NA ADOLESCÊNCIA E SUA CORRELAÇÃO COM A CRIMINALIDADE ADULTA	22
<i>Andressa Barbosa; Tiago Galli</i>	
A SITUAÇÃO CARCERÁRIA DAS APENADAS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO ENFRENTAMENTO E PRESERVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES	23
<i>Caroline Taffarel Stefanello; Patricia Luzia Stieven</i>	

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA PESSOA DEFICIENTE	24
<i>Fernando Ezequiel Kosooski; André Rodrigues</i>	
PROJETO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS CARENTES DA COMARCA DE FREDERICO WESTPHALEN: UMA ANÁLISE DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS ASSISTIDOS	25
<i>Francine Kettermann Cavalli; Pablo Henrique Caovilla Kubnen</i>	
A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE	26
<i>Julia Laber Mendes; Patricia Luzia Stieven</i>	
O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL COMO MEIO DE SANAR O COLAPSO ATUAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	27
<i>Leandro Manoel Da Rosa; Gustavo Buzatto</i>	
A (IN) OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NA APLICAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA GAÚCHO LUIZ	28
<i>Luis Henrique de Barros; Gustavo Buzatto</i>	
A SÚMULA 529 DO STJ E AS ALTERAÇÕES NAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS NO TOCANTE AO CONTRATO DE SEGURO E SUAS PECULIARIDADES	29
<i>Vinicius Bonfanti; Jan Carlos Novakowski</i>	
A RESPONSABILIDADE DOS EXPLORADORES DE MINERAIS QUE CAUSAM DANOS AO MEIO AMBIENTE	30
<i>Vitor Dagios Junior; Renata Egert</i>	
ACEITAÇÃO JURISPRUDENCIAL DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL RELACIONADAS AO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA	31
<i>Werno Egon Heldt Neto; Jan Carlos Novakowski</i>	
CRIMES ELEITORAIS E O PROCESSO PENAL ELEITORAL	32
<i>Patrícia Teixeira de Freitas; César Luís Pinheiro</i>	
PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	33
<i>Alan Andrade de Oliveira; Maurício Zandoná</i>	
O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: AS SANÇÕES ECONÔMICAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL	34
<i>Angelica Bacega; Thiago Luiz Rigon de Araujo</i>	

MEDIAÇÃO FAMILIAR: UMA FORMA DE POTENCIALIZAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA NAS RUPTURAS FAMILIARES.....	35
<i>Cássia Renata Vendruscolo; Patricia Luzia Steven</i>	
OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE: A QUESTÃO DAS CLÁUSULAS EXORBITANTES.....	36
<i>Cezar Ruviano; Cesar Riboli</i>	
A DESAPROPRIAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL PELO DESCUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	37
<i>Daniela da Silva Batista; Thiago Luiz Rigon de Araujo</i>	
MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA: DA UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS FRENTE À DIVERSIDADE CULTURAL.....	38
<i>Maria Helena Publ; Luciana Borella Camara Ardenghi</i>	
MEDIAÇÃO COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES.....	39
<i>Anderson Cristian Scheidt; Jan Carlos Novakowski</i>	
DIREITO À SAÚDE E SUA EFETIVAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	40
<i>Eliziane de Lima Saldanha Oliveira; Aline Ferrari Caeran</i>	
O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	41
<i>João Henrique da Rosa; Renata Egert</i>	
A (IN)EFICÁCIA DO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA NO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	42
<i>Gabriela Berta Dalla Nora; Maura da Silva Leitzke</i>	
NATUREZA JURÍDICA DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E SUA TESE FIXADA.....	43
<i>Gustavo Palm; Maurício Zandoná</i>	
A VIOLAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NO BRASIL.....	44
<i>Henny Heldt Neta; Cesar Riboli</i>	
DIREITOS DO COMPANHEIRO E DO CÔNJUGE NAS RELAÇÕES DE FAMÍLIA E SUCESSÕES: DICOTOMIAS ENTRE AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	45
<i>Roberta Galvão Amaral; Daniela Lippstein</i>	
AS CONSEQUÊNCIAS PATRIMONIAIS APÓS SEPARAÇÃO DE FATO.....	46
<i>Éder Barbosa dos Santo; Jan Carlos Novakowski</i>	

A INFLUÊNCIA DAS FALSAS MEMÓRIAS NO PROCESSO PENAL, CONSIDERANDO A FRAGILIDADE DA PROVA E A VULNERABILIDADE DA MEMÓRIA HUMANA.....	47
<i>Joseane Talita Pisatto; Daniel Pulcherio Fensterseifer</i>	
DELAÇÃO PREMIADA SOB O VIÉS DOS PRINCÍPIOS DA IMPARCIALIDADE DO JUIZ E DA INÉRCIA DA JURISDIÇÃO: UMA RELAÇÃO POSITIVA OU DE AFRONTA?.....	48
<i>Larissa Fritzen; Jean Mauro Menuzzi</i>	
DA (IM) POSSIBILIDADE DA INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 45 DA LEI 8.213/91 A TODAS AS APOSENTADORIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	49
<i>Leila Adriana Oliveira Luz; Luciana Borella Camara Ardenghi</i>	
A SÚMULA 443 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E A ESTABILIDADE NO EMPREGO	50
<i>Luana Maicá; André Rodrigues</i>	
EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA: UMA ANÁLISE SOBRE A SUA (IN)CONSTITUCIONALIDADE	51
<i>Luana Pietrobelli Martinelli; Tiago Galli</i>	
A (IM) POSSIBILIDADE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO DE RESOLUÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO	52
<i>Marco Antônio Sala; Maurício Zandoná</i>	
SATISFAÇÃO DA VÍTIMA DO DANO MORAL E PARÂMETROS ADOTADOS.....	53
<i>Mariane Londero; Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes</i>	
NORMAS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	54
<i>Matheus Roberto Stefanello; Gustavo Buzatto</i>	
DIREITO A SAÚDE DO PARTICULAR ANALISADO SOB A ÓTICA DA FINALIDADE DO ESTADO	55
<i>Gustavo Andrei dos Santos; Diana de Souza</i>	
CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DO PODER EXECUTIVO.....	56
<i>Sara Marina Pierine Brizolla; Mateus da Jornada Fortes</i>	
A CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	57
INCIDENTE SOBRE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS.....	57
<i>Romário Maschio Eich; Maurício Zandoná</i>	

RESTRIÇÕES AO EMPREGADOR NA DISPENSA COLETIVA DOS EMPREGADOS.....	58
<i>Umberto Trento; Tarcisio Vendruscolo</i>	
A RESPONSABILIDADE CIVIL NO CASO DE DESISTÊNCIA IMOTIVADA DO PROCESSO DE ADOÇÃO DURANTE O ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA.....	59
<i>Simone Verdi; Pablo Henrique Caovilla Kubnen</i>	
O BANCO DE HORAS E O ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE HORAS: LIMITES E CONDIÇÕES.....	60
<i>Verenice Favaretto; André Rodrigues</i>	
OS DIREITOS SOCIAIS E A LIMITAÇÃO ENTRE O MÍNIMO EXISTENCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL.....	61
<i>Patrícia Zang Cocco; Gustavo Buzatto</i>	
CONSUMO SUSTENTÁVEL.....	62
<i>Luana Karpinski; Renata Egert</i>	
DIREITO POSITIVO NA CONCEPÇÃO WARATIANA	63
<i>Saimon Riboli; Jean Mauro Menuzzi</i>	
USUCAPIÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL NO	64
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	64
<i>Sara Sarturi; Otacílio Vanzin</i>	
A SÚMULA 443 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E A DESPEDIDA DISCRIMINATÓRIA.....	65
<i>Laís de Castro; André Rodrigues</i>	
O DANO EXISTENCIAL DECORRENTE DE ATOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL	66
<i>Aline Tomasi Londero; Aline Ferrari Caeran</i>	
FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E A POSSIBILIDADE DE MULTIPARENTALIDADE E SEUS EFEITOS JURÍDICOS	67
<i>Aline Oliveira; Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes</i>	
A (IN)EFICÁCIA NA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	68
<i>Anderson Carbolin; Olivério de Vargas</i>	
FIANÇA NOS CRIMES HEDIONDOS	69
<i>Douglas Stormovski; Oliverio de Vargas Rosado</i>	

TRIBUNAL DO JÚRI: A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES DO CONSELHO DE SENTENÇA.....	70
<i>Cândido Emilio Chaves Falcão; Alejandro Cesar Rayo Werlang</i>	
A CONSTITUCIONALIDADE DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ESTABELECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	71
<i>Felipe Schirmer Gerhardt; César Riboli</i>	
DA APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NAS EXECUÇÕES FISCAIS.....	72
<i>William Carlos de Oliveira Grinke; Jan Carlos Novakowski</i>	
A EXIGIBILIDADE LEGAL EXISTENTE NA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS NA INDICAÇÃO DE GÊNERO DO REGISTRANDO E A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	73
<i>Gabriel Piovesan Ramos; Patricia Luzia Steven</i>	
JUSTIÇA RESTAURATIVA E OS MENORES INFRATORES.....	74
<i>Gláucia Siprandi Bettamin; Daniel Pulcherio Fensterseifer</i>	
O ELEFANTE NA SALA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAL LEI DE DROGAS.....	75
FRENTE À (SUPER) POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA	75
<i>Kaline Damian da Rosa; Aline Ferrari Caeran</i>	
BANCO DE HORAS E ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE HORAS	76
<i>Marcos Antonio Reolon; André Rodrigues</i>	
O PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO DE CRÉDITOS ORIUNDOS DE PRECATÓRIOS E A POSSIBILIDADE DE SUA COMPENSAÇÃO	77
<i>Natã Mateus Marchiori Ratzlaff; Jan Carlos Novakowski</i>	
O PAPEL DA OMC NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A QUESTÃO DA (IN)EFICIÊNCIA DA DIPLOMACIA NOS CONFLITOS COMERCIAIS	78
<i>Patricia Bertolotti Tranquilo; Thiago Luiz Rigon de Araujo</i>	
O RECONHECIMENTO DA ADOÇÃO SOCIOAFETIVA <i>POST MORTEM</i> NO DIREITO BRASILEIRO	79
<i>Ana Paula Sassanovicz; Aline Ferrari Caeran</i>	
LEI DA GUARDA COMPARTILHADA: UM NOVO PARADIGMA NO MODELO DE RESPONSABILIDADE PARENTAL	80
<i>Raquel Mendes Tagliari; Aline Ferrari Caeran</i>	

O ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO PENAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	81
<i>Regina Zanette; Maura da Silva Leitzke</i>	
MEDIAÇÃO FAMILIAR E <i>THERAPEUTIC JURISPRUDENCE</i>: A HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA	82
<i>Sheila Aparecida Luca; Patricia Luzia Steven</i>	
A RESPONSABILIZAÇÃO PELAS VERBAS TRABALHISTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA TERCERIZAÇÃO	83
<i>Valério Peretto Werbilo; André Rodrigues</i>	
ANÁLISE TEÓRICA ACERCA DOS FINS DA PENA SEGUNDO A PROPOSTA FUNCIONALISTA DE CLAUS ROXIN	84
<i>Paula Marcolan Toso; Jean Mauro Menuzzi</i>	
A ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS NO DIREITO BRASILEIRO.....	85
<i>Cristiane Ramires Ribeiro; Aline Ferrari Caeran</i>	
APLICABILIDADE DAS COTAS RÍGIDAS NO SISTEMA JURIDICO BRASILEIRO	86
<i>Lucas Dalla Nora; César Luis Pinheiro</i>	
ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL DA PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA NO CASO DE VÍTIMA MENOR DE QUATORZE ANOS	87
<i>Paola Souchie Rocha; Tiago Galli</i>	
A RESPONSABILIDADE DO IBAMA NAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	88
<i>Marcelo Antonio da Costa; Renata Egert</i>	
OS AVANÇOS E RETROCESSOS DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS A PARTIR DA LEI N° 13.140/2015.....	89
<i>Thaís Sortica Machado; Silvana Raquel Brendler Colombo</i>	
CRIMES SEXUAIS – ESTUPRO, ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR ANTES E DEPOIS DO ADVENTO DA LEI 12.015/2009	90
<i>Alessandro Casaril; Maura da Silva Leitzke</i>	
RESPONSABILIDADE CIVIL DO CORRETOR DE IMÓVEIS	91
<i>Anderson Almeida Trevisol; César Luis Pinheiro</i>	

A (IM)POSSIBILIDADE DO MUNICÍPIO DESAFETAR ÁREA VERDE URBANA INCORPORADA AO DOMÍNIO PÚBLICO DE USO COMUM EM PROCESSO DE LOTEAMENTO.....	92
<i>Eliana Argenta Mariani; Silvana Raquel Brendler Colombo</i>	
DIREITO REAL DE HABITAÇÃO POR EQUIPARAÇÃO PÓS-MORTE DO CÔNJUGE E DOS COMPANHEIROS SOBREVIVENTES	94
<i>Alana Rodrigues Raatz; Maurício Zandoná</i>	
ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE SOBRE A RELATIVIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE DO MENOR DE 14 ANOS.....	95
<i>Michele Donatti; Olivério de Vargas Rosado</i>	
FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS.....	96
<i>Ronaldo Adriano Dos Santos; André Rodrigues</i>	
HORAS EXTRAS <i>IN ITINERE</i>.....	97
<i>Édipo Weizemann Jardim; Tarcisio Vendruscolo</i>	
A EFICÁCIA DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	98
<i>Lucinéia Froner; Maura da Silva Leitzke</i>	
ACIDENTE DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE SEUS REFLEXOS NO DIREITO DO TRABALHO	99
<i>Gabriela Saraiva Negrini; Olivério de Vargas Rosado</i>	
CRIMINOLOGIA: UM ESTUDO SOBRE OS FATORES PSICOLÓGICOS, SOCIAIS E CARCERÁRIOS QUE PODEM LEVAR A CRIMINALIDADE E A REINCIDÊNCIA	100
<i>Chela Zanatta da Silva; Tiago Galli</i>	

APRESENTAÇÃO DOS ANAIS DE RESUMOS DO VIII SEMINÁRIO DE MONOGRAFIA JURÍDICA

Esta publicação apresenta os resumos aprovados e apresentados no **VIII Seminário de Monografia Jurídica: Direito e Cidadania na Sociedade Contemporânea**. A edição dos Anais leva ao leitor(a), a disseminação do saberes que orbitaram em torno da contemporaneidade e da interdisciplinaridade, focando os sub-eixos: Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea; e Perspectivas Inovadoras de um Direito Criminal Contemporâneo, nos trabalhos de conclusão do Curso de Direito no segundo semestre de 2017.

A pesquisa visa à produção de conhecimento novo, teórico e com relevância social. Com a evolução do pensamento epistemológico a pesquisa, como “busca da verdade”, foi substituída pela pesquisa como tentativa de aumentar o poder explicativo das teorias. Assim o pesquisador passa a ser um intérprete da realidade pesquisada, capaz de demonstrar a fidedignidade e a relevância teórico-social do conhecimento produzido. A pesquisa, função básica da universidade, objetiva promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como a criação e difusão da cultura, em perfeito entrosamento com o ensino e a extensão. A pesquisa realizada através do trabalho monográfico compreende a produção de texto relacionado com o conteúdo jurídico, utilizando-se da metodologia científica e da pesquisa para produção de uma monografia. Esta proporciona um momento de revisão, aprofundamento, sistematização e integração de conteúdos, com a finalidade de levar o formando do Curso de Direito a definir e aprimorar os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, e ainda oportuniza um espaço para que o bacharelado possa produzir um relato técnico-científico decorrente de estudos e/ou pesquisas realizadas durante o curso, utilizando a bibliografia especializada e propiciando observações e análises de temas contemplados pela prática e pela teoria jurídica que contribuam para direcionar o acadêmico à pesquisa científica, bem como a traçar um perfil do futuro profissional, e isto se materializa através desta publicação, que apresenta os resumos destes trabalhos realizados para conclusão do Curso de Direito.

Renata Egert

PROJETO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: ANÁLISE DO PERFIL DAS MULHERES VÍTIMAS

Aline Gartne

Pablo Henrique Caovilla Kuhnen

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito da violência doméstica e familiar, apresentando uma análise do perfil das mulheres em situação de violência doméstica dos atendimentos realizados no Núcleo de Práticas Jurídicas, extensão do Curso de Direito da URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, com ênfase no Projeto Integrado de Atendimento as Famílias em Situação de Violência Intrafamiliar. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa, em seguida utilizou-se a pesquisa documental, onde utilizou-se o método de amostragem. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado para uma breve contextualização histórica sobre os principais aspectos históricos da família os reflexos sobre a violência doméstica, seguindo de uma análise as principais mudanças trazidas pela Lei Maria da Penha, e as formas de violência doméstica e familiar que podem ocorrer contra a mulher, e as medidas protetivas advindas com a Lei Maria da Penha. Posteriormente, analisou-se o perfil das mulheres em situação de violência doméstica dos atendimentos realizados no Núcleo de Práticas Jurídicas, com ênfase no Projeto Integrado de Atendimento as Famílias em Situação de Violência Intrafamiliar. Dessa forma, foi analisado os fatores que podem contribuir para a ocorrência da violência doméstica ou familiar, e logo após foi tratado do Projeto Integrado de Atendimento as Famílias em Situação de Violência Interfamiliar e o atendimento da equipe multidisciplinar, e apresentado uma breve reflexão sobre o direito penal brasileiro e os crimes relacionados a violência doméstica e familiar contra as mulheres, refletindo brevemente sobre a lei do feminicídio.

O DIREITO A SAÚDE E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO

Andressa Zatti

Cesar Riboli

O texto tem como propósito abordar a problemática da Responsabilidade do Estado diante do direito Fundamental à saúde assegurada pela Constituição Federal de 1988. A questão envolve a problemática dos recursos públicos, de modo que o conflito entre a necessidade de atendimento por parte do cidadão e a disponibilidade de recursos existentes nos orçamentos públicos é a cada dia mais evidente. O reconhecimento de que o direito à saúde é um direito fundamental social e humano parece ser consenso na doutrina e na jurisprudência, por outro lado, é também consenso de que assegurar este direito é um dever do Estado, portanto deve ser preservado um mínimo existencial. Para tratar do direito à saúde é indispensável conhecer o SUS – Sistema Único de Saúde, todo seu conteúdo e ainda sua forma de atuação voltada a dar efetividade ao direito, pois, ele é considerado um dos principais marcos de inclusão social no Brasil. A posição do Poder Judiciário no que diz respeito a efetividade do direito fundamental à saúde e a responsabilidade estatal em efetivá-lo tem se tornado questão rotineira nos tempos modernos. Para tanto, foram analisadas alguns dos julgados mais importantes proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, no intuito de identificar a responsabilidade do Estado em dar concretude ao direito à saúde. As políticas públicas do Estado voltadas a efetivação do direito à saúde, enquanto ações de Estado foram confrontadas a luz da Constituição, das demandas dos cidadãos e da posição da Jurisprudência. A metodologia utilizada parte de um referencial bibliográfico produzido por doutrinadores nacionais pesquisadores da temática. A legislação enquanto fonte de pesquisa tem como premissa a Constituição Federal e legislação ordinária que trata do direito à saúde. A Posição da jurisprudência foi obtida a partir do repositório do Supremo Tribunal Federal disponível em seu site eletrônico. A conclusão evidencia que o direito à saúde possui forte proteção legal, entretanto, apesar do resguardo e da determinação do Judiciário no sentido do dever e responsabilidade do Estado, muito ainda precisa ser avançado para que o cidadão desfrute do direito em plenitude, em decorrência do limite financeiro.

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA: UMA ANÁLISE À LUZ DA DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO HC Nº 126.292/SP

Arlindo Bortoline

Daniel Pulcherio Fensterseifer

O presente trabalho destina-se ao estudo quanto à (im)possibilidade de execução provisória da pena privativa de liberdade antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória e após a sua confirmação em segundo grau de jurisdição, nos moldes da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no *Habeas Corpus* nº 126.292/SP, em 17.02.2016. *Ab initio*, o estudo voltou-se à análise da pena de prisão, abordando-se seus aspectos gerais, a partir de um breve relato histórico, conceituação e finalidade, bem como as modalidades de cárcere e regimes prisionais e, finalmente, sua aplicação ao caso concreto. Na sequência, o foco do trabalho foi destinado ao princípio da presunção de inocência, desde a sua concepção histórica originária até a fórmula constitucional consagrada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LVII, prosseguindo-se com a verificação das espécies de prisões cautelares existentes no sistema processual penal brasileiro e seus consequentes requisitos para decretação. Ainda, realizou-se uma contraposição entre o princípio da presunção de inocência e a prisão cautelar, não sendo constatada qualquer violação ao postulado fundamental, desde que o decreto prisional seja devidamente fundamentado e preencha os requisitos legais. Posteriormente, concluiu-se o estudo tratando-se especificamente acerca da execução provisória da pena, seguido de uma análise ao entendimento sedimentado pelo Pretório Excelso no julgamento do *Habeas Corpus* nº 126.292/SP e, em contraponto, o entendimento exarado pela doutrina, possibilitando-se discorrer quanto à (in)constitucionalidade do referido paradigma. Para alcançar os objetivos pretendidos, utilizou-se o método dedutivo (método de abordagem), além do método monográfico (método de procedimento) e a pesquisa indireta – técnica de pesquisa bibliográfica –, nos textos legais, assim como na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, artigos e obras de autores renomados do Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Constitucional. Os resultados obtidos refletiram em uma abordagem dinâmica e de simples compreensão, explanando com precisão os pontos postos à pauta.

CONFLITOS DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: O DIREITO AO ESQUECIMENTO X A LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO E A LIBERDADE DE IMPRENSA À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STF

Camila Cosman

Silvana Raquel Brendler Colombo

A presente pesquisa de cunho qualitativo bibliográfico buscou estudar o conflito entre o direito ao esquecimento e os direitos de imprensa e manifestação, analisando as decisões do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e os mecanismos de solução para tal conflito. Nessa perspectiva, optou-se por uma análise detalhada da temática através do estudo da teoria geral dos direitos fundamentais, do direito ao esquecimento e da liberdade de imprensa e de manifestação à luz da Constituição Federal, e do conflito entre o direito ao esquecimento e a liberdade de informação e liberdade de imprensa. O direito ao esquecimento trata do direito de não ter divulgado fato, ou acontecimento, de sua vida, ao público, mesmo que este tenha sido notório, sempre que esse venha a lhe causar constrangimento. Tratando-se de fatos antigos, o ordenamento jurídico tem decidido pela ponderação da preservação da intimidade dos envolvidos, pois se um caso antes considerado notório fosse lembrado, poderia causar novos constrangimentos e até mesmo transtornos a aqueles que registram algum vínculo com o fato. Contudo, a preservação deste direito entra em conflito direto com outros direitos fundamentais, como o direito à liberdade de imprensa e manifestação, instrumentos primordiais ao exercício da democracia, garantindo a livre divulgação de informações e acontecimentos, independente de ideologias ou opiniões, sem risco de censura que possa limitar a divulgação de informações. Entretanto, a livre manifestação, bem como a liberdade de imprensa devem restringir-se às informações que não ofendam os direitos fundamentais da personalidade de terceiros. Assim, deve se levar em conta que tanto o direito ao esquecimento quanto os direitos de liberdade de imprensa e livre manifestação tratam-se de direitos fundamentais, havendo conflito, portanto, entre normas de patamar idêntico, deve ser utilizado o método da ponderação onde ambos os direitos são quantificados e delimitados de acordo com as necessidades do caso concreto.

DESVINCULAÇÃO DAS RECEITAS DA UNIÃO

Giordano Dalla Valle

André Rodrigues

O presente trabalho buscou apresentar um estudo a respeito das Desvinculações das Receitas da União. Foi usado neste trabalho no que diz respeito à metodologia: quanto à abordagem o método dedutivo; quanto ao método de procedimento, o monográfico; e ainda, quanto ao método de pesquisa, foi utilizada a pesquisa indireta – bibliográfica. Assunto de suma importância no cenário atual e que se dividiu na forma de Princípios de Custeio, onde foi abordada a evolução histórica da previdência social, em relação ao mundo, mas principalmente nacional, e também princípios gerais e específicos da previdência, além dos constitucionais e de custeio. No segundo capítulo foi estudado o Regime Geral de Previdência Social, dando ênfase aos contribuintes de tal regime, assim como os beneficiários, e ainda um dos assuntos principais desse trabalho, as contribuições sociais. Nestes dois primeiros capítulos buscou se um embasamento teórico do assunto a ser tratado no terceiro, servindo de base para abordar as Desvinculações das Receitas da União, terceira parte, onde foi objeto do estudo a origem histórica desde sua criação como Fundo Social de Emergência, no ano de 1.994, até sua última aprovação no ano de 2.016. A segunda parte desse capítulo teve como estudo o déficit da previdência, com opiniões governamentais, de autores e entidades renomadas, que levaram à conclusão que o déficit previdenciário existe para o governo devido ao modo como se calculam as contas da seguridade. Mas de acordo com diversas entidades esse déficit não existe, levando em conta o que a Constituição Federal descreve, separando despesas e receitas de forma diferente com a qual o governo demonstra. Por fim, se abordou a legitimidade da Desvinculação das Receitas da União, onde tal estudo leva a crer que o déficit da previdência é questão de gestão de recursos, participação governamental, que necessita de adequações, não precisando retirar benefícios conquistados há muito tempo pela população. E ainda, que a Desvinculação de recursos não é legítima, pois retira recursos vinculados por lei da área da seguridade social, sem nenhum embasamento concreto, e com falta de transparência na aplicação de tais recursos no pagamento de uma dívida de difícil compreensão, entrando em conflito com os princípios do estado democrático de direito e prejudicando o bem estar social.

CRIMES SEXUAIS: OS LIMITES PENAIS NO TRATAMENTO DO PARAFÍLICO

**Gianna de Campos
Jean Mauro Menuzzi**

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito dos crimes sexuais e a sua atual apuração no Brasil, de acordo com o seu ordenamento jurídico, especificamente quando este envolve as parafilias, sendo esse o transtorno que o acusado de crime sexual é acometido. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi uma pesquisa rebuscada sobre a história da sexualidade, aprofundando na história das relações das sociedades e a forma que a sexualidade se mostrava em cada uma delas. Depois, houve uma abordagem prática sobre os crimes sexuais e a legislação vigente, aprofundando nos princípios, no bem jurídico tutelado, do delito e da análise típica do crime. Posteriormente, aprofundou-se sobre o tema parafilia, suas espécies e como se mostra nos indivíduos. Concluindo este estudo bibliográfico, analisou-se o atual sistema vigente no Direito Processual Penal para a apuração de transtornos mentais, sendo ele o incidente de insanidade mental, já previsto e vigente no ordenamento jurídico, embora não utilizado para a apuração de transtornos sexuais decorrentes da parafilia.

O TESTAMENTO VITAL COMO COROLÁRIO DO DIREITO À MORTE DIGNA NO BRASIL

Luciana Rosa
Aline Ferrari Caeran

No presente trabalho foi elaborado um estudo sobre o tema testamento vital como corolário do direito à morte digna no Brasil, teve como objetivos estudar os aspectos históricos e conceituais sobre o testamento vital como uma diretiva antecipada de vontade e o direito comparado, também compreender os princípios decorrentes da dignidade da pessoa humana e atinentes ao testamento vital, verificando assim a implementação do testamento vital para assegurar o direito à morte digna no Brasil. Para tanto, utilizou-se do método de abordagem dedutivo, método de procedimento monográfico e do método de pesquisa indireta bibliográfica. Por fim, verifica-se a necessidade de implementação do testamento vital no Brasil, com a devida regulamentação legal, sendo que este valoriza os princípios dispostos na Constituição Federal de 1988, e, acima de tudo, a vontade do paciente sobre seu próprio corpo.

**ATO INFRACIONAL: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA DELITUOSA NA
ADOLESCÊNCIA E SUA CORRELAÇÃO COM A CRIMINALIDADE
ADULTA**

Andressa Barbosa

Tiago Galli

O presente trabalho apresenta um estudo a respeito da prática de ato infracional na adolescência com enfoque nos principais motivos dessa delinquência buscando analisar sua correlação com a prática de crime. Para a realização do trabalho em tela, utilizou-se como método de abordagem o método dedutivo e como método de procedimento o método monográfico e por fim a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Inicialmente, foram apresentados os direitos das crianças e dos adolescentes discorrendo sobre a evolução desses direitos ao longo do tempo, bem como os princípios norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, e também se especificou quais os requisitos e critérios adotados para qualificar o menor, bem como sua inimputabilidade. Posteriormente, abordou-se o ato infracional, sua natureza jurídica, bem como as medidas aplicáveis aos adolescentes infratores e as medidas de proteção aplicadas aos menores decorrentes do princípio norteador da proteção integral. Demonstrou-se também os procedimentos de apuração do ato infracional desde a fase policial à fase judicial. Verificou-se em seguida, os principais motivadores da prática delituosa durante a adolescência dando enfoque aos principais motivos dos atos infracionais praticados. Concluindo o estudo observou-se se há correlação entre a prática de ato infracional e a prática delituosa adulta.

A SITUAÇÃO CARCERÁRIA DAS APENADAS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO ENFRENTAMENTO E PRESERVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

Caroline Taffarel Stefanello

Patricia Luzia Stieven

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema é a situação carcerária das apenadas do sistema prisional brasileiro: uma análise do enfrentamento e preservação da dignidade da pessoa humana e dos direitos humanos das mulheres, visto que por muitos anos mulheres foram esquecidas nas prisões brasileiras, razão pela qual têm-se a necessidade de estudar os aspectos que envolvem essa temática. Para tanto o presente trabalho tem como objetivo realizar um levantamento do aspecto histórico dos direitos das mulheres, a par do multiculturalismo, averiguando a (des) igualdade de gênero e a discriminação das mulheres, observando as questões que envolvem a garantia do princípio da dignidade humana e dos direitos humanos, em relação à efetividade dos direitos das mulheres, propondo-se, por fim, à analisar as situações vivenciadas pelas apenadas, em atenção ao princípio fundamental da dignidade humana e aos direitos humanos das mulheres, na busca pela efetivação de seus direitos. Que tem como problemática, a seguinte questão norteadora: Como se encontra a situação carcerária das apenadas do sistema prisional brasileiro, diante ao enfrentamento e a preservação da dignidade da pessoa humana e dos direitos humanos das mulheres?. Nesse sentido, utilizou-se de uma metodologia baseada no método indutivo de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico. Trazendo como resultado o diagnóstico de um sistema carcerário feminino em crise, uma vez que a situação vivenciada pelas apenadas no Brasil encontra-se muito longe do que pode ser considerada adequada, havendo evidente violação ao princípio da dignidade da pessoa humana e aos direitos humanos das mulheres, o que exige imediata atenção por parte do Estado e da sociedade como um todo.

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA PESSOA DEFICIENTE

Fernando Ezequiel Kosooski

André Rodrigues

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito da forma que é realizada a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência, seus critérios, o preenchimento os formulários pelo médicos-peritos e assistentes sociais através da avaliação biopsicossocial e o cálculo final realizado para enquadramento na graduação das deficiências, de acordo com a Lei Complementar 142/2013, e aplicação da Portaria Interministerial AGU/MPS/MF/SEDH/MP nº 1, de 2014, e se a aplicabilidade deste sistema pode enquadrar o segurado corretamente em seu grau de deficiência e, desta forma, ter o benefício da redução de seu tempo a contribuir para a concessão da aposentadoria. Para a realização deste estudo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Os resultados mostram que a metodologia utilizada pelo INSS, para definir como o portador de deficiência irá ter seu tempo de contribuição reduzido, com a aplicação da Portaria Interministerial AGU/MPS/MF/SEDH/MP, está no caminho certo, todavia ainda necessita de melhorias a fim de assegurar com maior justiça os direitos dos segurados, tendo em conta as dificuldades encontradas pelos médicos-peritos e assistentes sociais na elaboração dos formulários que compõe a Portaria Interministerial, pois estes formulários ainda não foram assimilados na sua plenitude por muitos profissionais, ainda, há uma confusão de disciplinas, pois existem domínios cuja análise é essencialmente médica e outros que a verificação cabe ao assistente social, ademais existem indagações vagas, sem parâmetros concretos que podem fazer com que a avaliação seja estabelecida de forma muito subjetiva, sendo necessário formulários e questionamentos mais objetivos. Além disso, o critério matemático utilizado tira do controle dos profissionais a análise das condições do segurado faltando uma avaliação mais apurada da realidade do segurado, tendo em conta as diversas mudanças de local de trabalho e de residência do segurado.

PROJETO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS CARENTES DA COMARCA DE FREDERICO WESTPHALEN: UMA ANÁLISE DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS ASSISTIDOS

Francine Kettermann Cavalli

Pablo Henrique Caovilla Kuhnen

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica e de campo acerca de institutos concernentes a prestação da garantia constitucional da assistência jurídica integral e gratuita aos carentes, com enfoque na comarca de Frederico Westphalen/RS. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, o método de procedimento foi o monográfico, e no método de pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. No primeiro capítulo analisou-se o tema frente à Constituição Federal de 1988, à lei 1.060/50 e as disposições trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015. Analisou-se também, as importantes distinções existentes entre os institutos da assistência jurídica, assistência judiciária e justiça gratuita. Já no segundo capítulo abordou-se a assistência jurídica prestada pelos cursos de direito, a importância da assistência jurídica para a formação do aluno e para a sociedade, bem como se analisou o projeto de assistência jurídica mantido pelo curso de Direito da URI, Câmpus de Frederico Westphalen/RS, realizado no Escritório de Prática Jurídica do curso, que possui sede junto a OAB desta mesma cidade. Concluiu-se o trabalho no terceiro capítulo com a demonstração, através de gráficos, do resultado obtido na pesquisa de campo, que se realizou durante três meses no Escritório de Práticas e resultou no atendimento de cinquenta e dois assistidos, onde através da aplicação de questionário foi possível traçar de forma satisfatória o perfil social e econômico dos assistidos da Comarca.

A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE

Julia Laber Mendes

Patricia Luzia Stieven

O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar os diferentes pontos de vista dos autores, buscando encontrar entendimentos, respostas e soluções, a respeito dos reflexos das especiais tutelas jurídicas do trabalho feminino nas relações de emprego, investigando se é possível que tais tutelas proporcionem proteção, e, ao mesmo tempo, causem maior discriminação contra a mulher no mercado de trabalho. Sendo assim, num primeiro momento, partiu-se de referências filosóficas e históricas, relativas às concepções sobre discriminação de gênero e destacando a trajetória histórica de inserção da mulher no mercado de trabalho, enfatizando a importância de seu papel na sociedade. Dando sequência, buscou-se analisar as especiais tutelas jurídicas de proteção ao trabalho da mulher, a partir dos princípios e dispositivos legais vigentes do país. Por fim, analisou-se os diferentes pontos de vista dos autores sobre o tema do presente estudo, sendo que alguns entendem que as especiais tutelas são indispensáveis e outros entendem que determinados dispositivos acabam causando maior discriminação de gênero, ferindo o princípio da igualdade.

O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL COMO MEIO DE SANAR O COLAPSO ATUAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Leandro Manoel Da Rosa

Gustavo Buzatto

O presente trabalho aborda um novo instituto para a jurisdição brasileira. Trata-se do Estado de Coisas Inconstitucional, um procedimento recentemente adotado por Cortes Constitucionais que tem como finalidade a extinção, ou ao menos a diminuição das violações aos direitos fundamentais de uma parcela da sociedade com pouca representatividade perante as autoridades, advindas ou das omissões dos poderes públicos responsáveis pela adoção de políticas assistenciais ou pela falha na execução dessas medidas. O ECI vem sendo adotado principalmente pela Corte Colombiana e vem trazendo resultados satisfatórios à medida que é implementado com base nas experiências vivenciadas. O objetivo do presente estudo foi averiguar se o ECI poderá efetivamente sanar ou ao menos minimizar as violações aos direitos fundamentais dos presidiários no Brasil. Ademais, estudou-se a possibilidade do ECI ser um ativismo judicial e quais suas particularidades que poderiam afastar eventuais vícios procedimentais de acordo com a jurisdição brasileira. Outrossim, foram utilizados o método de abordagem dedutivo, analisando-se haver relação lógica entre as proposições, bem como o método de pesquisa indireta, através de informações obtidas por material gráfico e informatizado. Concluiu-se que, mesmo sendo de difícil implementação, havendo inúmeros pressupostos organizacionais, o ECI é um método capaz de trazer resultados à crise penitenciária no Brasil, excluindo as violações ao menos minimizando-as, desde que, ao proceder-se sua execução, sejam respeitadas as mesmas práticas abordadas pela Corte Colombiana no último caso de ECI instaurado naquele país, quais sejam sentenças estruturantes, entendidas como metas a serem atendidas, além da implementação de audiências públicas não só com os órgãos responsáveis, mas com toda a sociedade, estimulando esta através da mídia.

A (IN) OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NA APLICAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA GAÚCHO

Luis Henrique de Barros

Gustavo Buzatto

O presente trabalho monográfico visa estabelecer alguns conceitos, modalidades e formas de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, para então adentrar na discussão sobre a observância ou não do devido processo legal na aplicação jurisprudencial por parte do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Em primeiro momento, o estudo fora direcionado à conceituação das pessoas jurídicas existentes no ordenamento jurídico brasileiro, bem como analisou-se algumas das possíveis origens do instituto da desconsideração da personalidade em âmbito internacional e nacional. Feito isto, buscou-se delimitar as hipóteses e as variadas modalidades de desconsideração da personalidade, além de breves apontamentos acerca do devido processo legal e seus corolários. Posteriormente, analisou-se os momentos processuais e formas mais adequadas para a aplicação do instituto da superação do véu patrimonial em consonância ao princípio de devido processo legal. Por fim, concluiu-se o presente através de uma breve análise jurisprudencial do Tribunal Gaúcho, antes e após o advento do novo Código de Processo Civil, da qual denota-se a estrita observância ao contraditório e à ampla defesa por parte deste órgão julgador.

A SÚMULA 529 DO STJ E AS ALTERAÇÕES NAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS NO TOCANTE AO CONTRATO DE SEGURO E SUAS PECULIARIDADES

Vinicius Bonfanti

Jan Carlos Novakowski

Este trabalho examina a possibilidade do terceiro prejudicado ajuizar ação direta contra a seguradora do suposto causador do dano. Para a realização do estudo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfica como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo foi os requisitos dos contratos, quais sejam os requisitos subjetivos e objetivos bem como os princípios contratuais. A intensificação das relações humanas sob influência de aspectos políticos, econômicos e sociais, fez com que a sociedade inventasse mecanismos de proteção à pessoa que, dentre eles, fez nascer o contrato de seguro. Originalmente, o seguro foi criado, pura e simplesmente, com o intuito de suportar eventuais danos que atingissem aquele que buscou a proteção do ente segurador. O enunciado n.º 544 da VI Jornada de Direito Civil, realizada pelo Conselho da Justiça Federal, entende que deveria ocorrer uma mitigação dos princípios da relatividade dos efeitos dos contratos e do *pacta sunt servanda*, em razão do princípio da função social, afirmando que o seguro possui o objetivo de evitar o dano patrimonial do segurado, funcionando como uma espécie de estipulação em favor de terceiros, sendo possível acionar judicialmente a seguradora. Posteriormente ocorreu uma mudança neste entendimento, com a publicação da Súmula n.º 529, do mesmo tribunal, que reconhece a ilegitimidade da seguradora para atuar individualmente no pólo passivo. Conclui-se, portanto, que o terceiro interessado não pode ajuizar ação em face a seguradora, entretanto, a seguradora poderá figurar no polo passivo, desde que seja em regime de litisconsórcio, já que não existe lesão ao terceiro ao ajuizar ação desta forma.

A RESPONSABILIDADE DOS EXPLORADORES DE MINERAIS QUE CAUSAM DANOS AO MEIO AMBIENTE

Vitor Dagios Junior

Renata Egert

Este trabalho examina a responsabilidade dos exploradores de minerais que causam danos ao meio ambiente. A proteção do meio ambiente decorreu através da Organização das Nações Unidas (ONU) a qual impõe a análise várias conferências sobre o meio ambiente, através de tratados, Convenções e Protocolos Internacionais, no âmbito do direito internacional. O Brasil, por sua vez, observou ser necessário implantar políticas para a preservação e proteção do meio ambiente, assim a Constituição Federal, promulgada em 1988 trouxe normas sobre o meio ambiente, contendo na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/81). Essa legislação definiu de forma avançada e inovadora os conceitos, princípios, objetivos e instrumentos para a defesa do meio ambiente. Para a realização do estudo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfica como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo foi o histórico do direito ambiental e do direito minerário, analisando o direito internacional e seus principais acordos e tratados bem como o direito ambiental brasileiro e suas principais leis. A responsabilização por dano ao meio ambiente deve ser reparado, indenizado, recuperado através das três esferas que a Constituição Federal traz, a civil, penal e administrativa, chamado então de tríplice responsabilização.

ACEITAÇÃO JURISPRUDENCIAL DAS PRINCIPAIS MUDANÇAS DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL RELACIONADAS AO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

Werno Egon Heldt Neto

Jan Carlos Novakowski

O trabalho em apreço enfatiza as inovações do Novo Código de Processo Civil, especialmente aquelas que implicam diretamente no exercício da advocacia, como a responsabilidade do advogado, a uniformização de jurisprudência, a unificação dos prazos recursais e os honorários advocatícios. Para a realização do mesmo foi utilizado o Método Dedutivo como Método de Abordagem, o Método de Procedimento foi abordado o Método Monográfico e o Método de Pesquisa foi documental e bibliográfica. Inicialmente o foco do estudo foi analisar a norma revogada (CPC/73), pertinentes ao exercício da advocacia – responsabilidade do advogado; tentativa de uniformização de jurisprudência; prazos, uniformização dos prazos, o prazo do litisconsorte; honorários advocatícios, honorários sucumbenciais e a compensação de honorários. Posteriormente foi realizado estudo sobre a norma vigente (CPC 2015), de maneira que puderam ser comparadas as duas legislações, a revogada e a atual, apontando as principais mudanças, como na intimação de testemunha, que passou a ser encargo do advogado; a obrigatoriedade dos Tribunais manterem a jurisprudência íntegra, coerente e uniforme; também foi verificada a uniformização dos prazos recursais e a modificação do prazo do litisconsorte; e também foi apontado a natureza alimentar dos honorários sucumbenciais, bem como a vedação da compensação de honorários. Por fim, realizou-se o estudo de caso, ou seja, a aceitação jurisprudencial dos Tribunais, quanto aos assuntos abordados.

CRIMES ELEITORAIS E O PROCESSO PENAL ELEITORAL

Patrícia Teixeira de Freitas

César Luís Pinheiro

O presente trabalho destaca um estudo a respeito dos crimes eleitorais e o processo penal eleitoral no Brasil, de acordo com as normas estabelecidas pelo Código Eleitoral brasileiro, onde este cita cada crime, suas penas e o processo realizado para aplicação da sanção imposta. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado para os primeiros textos legais, para verificar suas bases históricas e conceitos que norteiam o direito eleitoral e seus crimes. Posteriormente, o estudo aprofundou-se nas questões gerais sobre o atual sistema eleitoral e partidário brasileiro. Abordou-se também o conceito de crime eleitoral, estudando os principais, citados pelo Código Eleitoral brasileiro e como funciona o processo penal eleitoral. Ademais, observou se realmente as punições existem e se são aplicadas conforme está expresso em lei.

PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Alan Andrade de Oliveira

Maurício Zandoná

O presente trabalho, visou especificar o procedimento alimentício e suas formas de execução, que em virtude do novo código de processo civil, que entrou em vigor em Lei 13.105/15, o direito alimentar tem um papel fundamental na sociedade brasileira, levando-se em conta seu caráter econômico e social, os alimentos visam garantir a igualdade na família brasileira, pois quando um ente sai da relação familiar, se torna necessário suprir a falta que o mesmo irá causar, nesta premissa. Para realização da utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento. Nesta premissa buscou-se a evolução histórica do direito alimentar, e a sua conseqüente implantação na família brasileira, abordando os procedimentos adotados no direito alimentar brasileiro, com as implementações do advento do novo código de processo civil, do qual buscou a solução mais rápida dos litígios, com aplicações mais severas. Ainda foram abordados as formas de como deve ser manejada a ação de alimentos no processo de conhecimento, as conseqüências de eventual não pagamento, os princípios adotados pelo direito pátrio na obrigação alimentar, ademais ainda foi tratado sobre a única forma de prisão civil existente em nosso ordenamento. Concluindo, foram analisados as formas de execução existentes em nosso ordenamento, pelo rito da expropriação e pelo rito da prisão civil.

O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: AS SANÇÕES ECONÔMICAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Angelica Bacega

Thiago Luiz Rigon de Araujo

O presente trabalho busca destacar a criação da Organização Mundial do Comércio, a qual teve origem pela Rodada Uruguai, mostrando os objetivos e os empecilhos que ocorreram até a sua efetivação. Para a realização deste trabalho utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, como método de procedimento usou-se o método monográfico e por fim o método de pesquisa utilizado foi o de pesquisa indireta, ou seja, o bibliográfico. Primeiramente, o foco deste estudo foi os motivos que levaram a criação da Organização Mundial do Comércio, as principais rodadas de negociação, e a sua estrutura institucional. Posteriormente, foram analisadas as sanções que seriam aplicadas e como isso afetaria os países em desenvolvimento. E para concluir, abordamos a criação do MERCOSUL, de como ele procurou ajudar os países membros dentro da Organização Mundial do Comércio e também os impactos que ocorreram por causa das sanções. Por fim procura ressaltar, que as sanções são impostas pela Organização Mundial do Comércio e como elas devem ser ou não aplicadas, para que assim não possam vir a prejudicar os países em desenvolvimento, e sim procurar ajuda-los conforme o princípio da cooperação entre os Estado.

MEDIAÇÃO FAMILIAR: UMA FORMA DE POTENCIALIZAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA NAS RUPTURAS FAMILIARES

Cássia Renata Vendruscolo

Patricia Luzia Stieven

A mediação consiste em uma forma pacífica de resolver conflitos e empoderar as partes que vivem um conflito, buscando soluções diante do diálogo com auxílio de um mediador. Nos últimos anos, a mediação familiar vem ganhando espaço, pois através dela não se valoriza excessivamente a norma jurídica, mas sim a proteção à família e seus conflitos, distinguindo papéis e funções a cada integrante da família. Este trabalho consiste na Monografia elaborada para a conclusão do curso de bacharelado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões/URI – Câmpus Frederico Westphalen/RS, o qual teve como objetivo verificar se a mediação serve como instrumento de potencialização da dignidade humana nas rupturas familiares. Esta pesquisa é de caráter qualitativo e o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, a qual se deu por meio de leituras e fichamentos de livros e revistas presentes na universidade que tratavam sobre a temática em questão, bem como, na legislação e jurisprudência. Frente aos resultados obtidos, foi possível concluir que nos últimos anos, a mediação familiar tem se destacado no ordenamento jurídico, pois a partir dela, é possível compreender as necessidades específicas de cada um, auxiliando-os como um todo e não somente como sendo parte de um processo onde exista um ganhador e um perdedor. Todo este processo é realizado de maneira informal por um mediador capacitado para realizar tal função. Nesse sentido, a dignidade humana é compreendida como um limite mostrando até que ponto o Estado pode atuar usando de meios sociais para garantir o mínimo existencial em prol da preservação de tal direito, como verdadeiro garantidor da observância e respeito aos direitos fundamentais e à preservação do indivíduo. Logo, incumbe ao Estado o dever de fornecer meios para que as relações familiares recebam um tratamento especial, já que trabalham com sentimentos e ressentimentos que acabam mudando a forma como as partes veem o conflito.

OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE: A QUESTÃO DAS CLÁUSULAS EXORBITANTES

Cezar Ruviano

Cesar Riboli

O presente trabalho tem por objeto o estudo dos contratos administrativos, verificando se as cláusulas exorbitantes estão em consonância com o princípio da igualdade. Primeiramente, analisando os princípios que regem os contratos administrativos e as formas de contratação, verificou-se que o contrato administrativo é regido predominantemente pelo direito público, baseado na imposição da vontade contratual, ficando compreendido o poder de supremacia da Administração Pública, podendo o contratado aceitar ou não, configurando um contrato de adesão em que as cláusulas contratuais são impostas; ao invés de ser um contrato estabelecido de forma consensual, regido predominantemente pelo direito privado, observando o princípio da igualdade. A Administração Pública está adstrita aos princípios constitucionais expressos ou implícitos em toda a sua atuação, inclusive na elaboração e firmação de contratos administrativos, podendo impor e exigir do contratado, cláusulas exorbitantes, o que gera insegurança e risco ao particular. Uma das principais características dos contratos administrativos são as cláusulas exorbitantes, sendo prerrogativas de direito público conferidas por lei exclusivamente à Administração Pública que tem por base o princípio do interesse público, podendo modificar ou rescindir o contrato unilateralmente, fiscalizar, aplicar sanções, fazer a ocupação provisória ou temporária entre outras, quando esse interesse for verificado. Portanto, pelo problema apresentado, vamos verificar se as cláusulas exorbitantes previstas na Lei de licitações estão em consonância com o princípio constitucional da igualdade? Nos casos em que a relação contratual é entre as grandes empresas e a Administração Pública, não viola o referido princípio, pois essas empresas têm recursos financeiros, jurídico, técnico entre outros para suportar as consequências da aplicação das cláusulas exorbitantes, sejam elas quais forem. Mas, nos mesmos casos, em que a relação contratual é entre a Administração Pública e as Micro e pequenas empresas, as cláusulas exorbitantes ferem sim o princípio da igualdade, por essas pequenas empresas não terem recursos para suportar a aplicação dessas cláusulas, podendo vir a falência, como por exemplo, nos atrasos dos pagamentos por parte da Administração Pública, pelo período de 90 dias. Se tratando deste assunto, as cláusulas exorbitantes ferem o princípio da igualdade. Assim como nas licitações públicas, deveria ser revisto as aplicações das cláusulas exorbitantes para as Micro e pequenas empresas, concedendo-lhes um privilégio. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa.

A DESAPROPRIAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL PELO DESCUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Daniela da Silva Batista
Thiago Luiz Rigon de Araujo

O presente trabalho aborda sobre um tema pouco discutido no âmbito acadêmico, mas de suma importância social, qual seja a desapropriação de uma propriedade rural, para fins de reforma agrária, em virtude do descumprimento da sua função social, referente as relações de trabalho, em específico, o trabalho análogo escravo. O objetivo do trabalho é analisar quais os casos em que o Estado tem o poder-dever de desapropriar uma determinada propriedade privada que não esteja cumprindo com o princípio constitucional da função social, ou seja, valendo-se do trabalho análogo ao de escravo para produção de suas terras, desrespeitando, assim, preceito legal. Para a sua elaboração, utilizou-se o método dedutivo, como método de abordagem, e o método histórico, como método de procedimento, e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. De início, no método bibliográfico, foi direcionado para doutrinas jurídicas que apontassem o conceito de propriedade e a sua importância dada na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Após esta conceituação, foi aprontado como o princípio da função social é tratado no ordenamento jurídico brasileiro, e qual a sua importância para a sociedade em que vivemos, trazendo alguns casos de trabalho análogo ao de escravo que aconteceram no país. Por fim, foi explicado como ocorre o procedimento desapropriatório, bem como quais as suas fases, para que enfim uma propriedade possa ser declarada desapropriada para fins de reforma agrária, por interesse social. Com a elaboração do presente trabalho foi possível verificar que uma propriedade rural privada poderá ser desapropriada para fins de Reforma Agrária nos casos em que o proprietário não estiver atendendo, simultaneamente, os requisitos trazidos pelo princípio da função social da propriedade, nos termos do art. 186 e incisos, da Constituição Federal.

MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA: DA UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS FRENTE À DIVERSIDADE CULTURAL

Maria Helena Puhl

Luciana Borella Camara Ardenghi

O presente trabalho tem como tema central a mutilação genital feminina, uma prática tradicional de alguns povos da África e Ásia que consiste em amputar parcial ou totalmente a genitália da mulher. Devido aos conflitos entre as teorias relativista e universalista, questionou-se se a MGF deveria ser considerada uma prática violadora dos direitos humanos ou apenas mera expressão cultural. Os métodos utilizados no presente trabalho foram o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Em primeiro lugar, buscou-se o aprofundamento na temática dos direitos humanos, demonstrando quais seus fundamentos e como esses direitos foram afirmados com o passar do tempo. Após, adentrou-se na polêmica universalismo *versus* relativismo, teorias que se contrapõem e cuja abordagem é essencial para o entendimento da questão da mutilação genital feminina. Em seguida, analisou-se de forma profunda a questão da MGF e seus aspectos culturais e históricos. Por fim, fora abordada a questão da mutilação sob as óticas do universalismo e relativismo, assim como demonstrada a necessidade de um diálogo intercultural para a superação da prática.

MEDIAÇÃO COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

Anderson Cristian Scheidt

Jan Carlos Novakowski

O estudo consiste em analisar a prática da mediação como forma de resolução de conflitos familiares, visto que esta técnica restabelece a comunicação entre as partes envolvidas em um impasse. Além da resolução do litígio que envolve pessoas de uma mesma família, busca resolver a questão sentimental frente ao conflito. O objetivo resume-se em analisar as possibilidades de utilização da mediação como método consensual de solução de conflitos familiares, assim como a comparação de suas aplicações com o processo judicial de família, e suas consequências práticas no âmbito familiar. Como método utilizado trata-se de uma revisão bibliográfica, com buscas em livros da área, artigos originais e de revisão e legislação brasileira. Para que o trabalho contasse com dados recentes foram pesquisadas publicações dos últimos 5 anos, não excluindo publicações de datas anteriores que possuísem material relevante para o estudo. Por fim, a mediação se apresenta como o meio mais adequado de tratamento de conflitos, visto que nesse método há o diálogo entre os envolvidos, possibilitando assim continuidade da relação.

DIREITO À SAÚDE E SUA EFETIVAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Eliziane de Lima Saldanha Oliveira

Aline Ferrari Caeran

A presente monografia discute através de pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais, sobre o surgimento da saúde, desde os tempos da colonização do Brasil até os dias atuais. Destacando que a saúde não é somente a ausência de doenças, mas sim um estado de bem estar social, físico e mental, conceito esse apontado pela Organização Mundial da Saúde, (OMS). Enfatiza, assim, que o direito a saúde é universal e igualitário, qualquer cidadão tem direito, além de evidenciar o Estado como garantidor e responsável por este direito previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Com isto, pretende-se mostrar quais as políticas públicas que foram implantadas para satisfazer este direito. Nesse sentido, estuda-se sobre do SUS- Sistema Único de Saúde, verificando qual sua função, seus objetivos e princípios. Além do mais, busca-se analisar quais os motivos que levaram o Brasil a aderir uma Política Nacional de Medicamentos e assistência farmacêutica. E para finalizar buscou-se aprofundar sobre as políticas públicas, ações de cunho social que necessitam de amparo do Poder Judiciário, isto porque, o Poder Público está se omitindo, quanto á execução dos direitos à saúde dos cidadãos. Desse modo, tem-se a chamada judicialização da saúde, que busca efetuar a implementação do direito a saúde, através da esfera judicial. Sendo assim, a judicialização da saúde é feita diante da análise jurisprudencial, a fim de verificar se o Estado Brasileiro está conseguindo assegurar o direito à saúde a pessoas hipossuficientes, que não tem condições de custear seus tratamentos, ressaltando que os cidadãos tem o direito á saúde assegurado pelo artigo 196 e seguintes da Constituição Federal do Brasil de 1988 e pela lei 8080 de 1990, que é a lei que regulamenta o SUS.

O LICENCIAMENTO AMBIENTAL E SEUS IMPACTOS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

João Henrique da Rosa

Renata Egert

Este trabalho foi desenvolvido para verificar o licenciamento ambiental e seus impactos na produção agrícola. O objetivo principal consiste em averiguar se o licenciamento ambiental é eficaz para coibir os impactos negativos ocorridos na produção agrícola. Os objetivos específicos são estudar os aspectos históricos da evolução do direito ambiental e aspectos históricos da produção agrícola. Ainda a conceituação de produção agrícola, analisar as questões gerais da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e seus instrumentos, principalmente o licenciamento ambiental. Demonstrar se o licenciamento ambiental é eficaz para coibir os impactos negativos ocorridos na produção agrícola. O licenciamento ambiental consiste em um dos instrumentos previstos na Lei que institui a Política Nacional do Meio Ambiente sendo usado para promover a proteção ao meio ambiente. Algumas atividades e empreendimentos em razão do impacto ambiental que irão causar para serem desenvolvidas necessitam de autorização a ser emitida pelo órgão competente, que em nosso Estado é a FEPAM. Em regra, o desenvolvimento da atividade agrícola em nosso Estado não exige a concessão de licença ambiental, e exceção será com relação aos casos que for necessário realizar irrigação. A exigência de se promover o licenciamento se deve aos danos que podem ser causados pelo uso da água que será necessária para se promover a irrigação, devendo o projeto a ser analisado apresentar a forma mais eficaz e que realize menos desperdício possível de água para que possa ser aprovado. Mesmo sendo uma forma de se obter um maior controle dos danos que serão causados e podendo até atuar para que eles sejam menores o licenciamento não impede a ocorrência de muitos impactos ambientais. Não podemos esquecer que Licença de Instalação pode autorizar o corte de árvores, colaborando assim para a realização do desmatamento. Ao realizar o licenciamento estará sendo verificando os danos ambientais que serão causados pelo desenvolvimento daquela atividade, comparando se vale a pena realizar aquele dano para obter o resultado esperado. Na agricultura irrigada se gasta grande quantidade de água, mas se produz muito mais alimentos, no licenciamento será analisado o custo benefício e se é possível diminuir o custo, no caso o gasto de água para gerar o resultado. A metodologia será a pesquisa bibliográfica, sendo usado o método monográfico como método de procedimento e como método de abordagem parte-se de argumentos gerais para chegar a argumentos específicos.

A (IN)EFICÁCIA DO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA NO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Gabriela Berta Dalla Nora

Maura da Silva Leitzk

O presente trabalho busca realizar uma análise à Lei dos Juizados Especiais Criminais, principalmente no que toca à eficácia da aplicação do princípio da ampla defesa nos crimes abrangidos pela Lei nº 9.099/95. Para a realização deste estudo, utilizou-se como método de abordagem o método dedutivo, como método de procedimento o método monográfico e como método de pesquisa a pesquisa indireta - bibliográfico. Primeiramente, buscou-se realizar uma análise sobre a origem da Lei nº 9.099/95 na legislação brasileira, especificando qual sua finalidade no ordenamento jurídico e seus princípios norteadores, bem como sua competência e quais os crimes que serão abrangidos por esta lei. Após, focou-se no procedimento aplicado aos delitos de menor potencial ofensivo antes da instauração de uma ação penal, demonstrando como é realizado o procedimento investigativo, bem como na possibilidade da vítima e do autor do fato realizarem um acordo e até mesmo na possibilidade da transação penal entre o acusado e o Ministério Público. Quanto à ação penal, buscou-se demonstrar como é realizada a fase de instrução e julgamento do processo. Além disso, procurou-se realizar uma análise sobre o princípio constitucional do devido processo legal, subdividindo-o nos princípios da ampla defesa e do contraditório, focando principalmente na eficácia do princípio da ampla defesa no juizado especial criminal, pois como se trata de um procedimento mais célere, por mais que a lei determine que o acusado tenha garantida sua ampla defesa em todo o andamento processual, podem ter momentos em que essa defesa seja reduzida, apresentando algumas falhas.

NATUREZA JURÍDICA DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E SUA TESE FIXADA

Gustavo Palm
Maurício Zandoná

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito de umas das principais mudanças introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro com o advento do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2005), com ênfase específica na ferramenta processual do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Para isso, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta/ bibliográfico como técnica de pesquisa. Primeiramente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado para a análise dos dois grandes sistemas jurídicos que nortearam os processos civis da maioria dos países do mundo, o *civil law* e *common law*, verificando a sistemática jurídica híbrida brasileira. Em momento posterior, aprofundou-se sobre as ferramentas contribuintes e formadoras de precedentes judiciais, com análise dos princípios para a criação do direito, da Súmula Vinculante no ordenamento jurídico pátrio e qual sua diferenciação para com o sistema jurídico baseado estritamente em precedentes, o *common law*. Abordou-se também, a força vinculante da Jurisprudência e sua importância no sistema jurídico existente. Por conseguinte, verificaram-se os sistemas de uniformização da Jurisprudência introduzidos pelo Novo Código de Processo Civil. Concluindo este estudo bibliográfico, analisaram-se os elementos jurídicos do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas-IRDR, dando enfoque ao assunto das demandas repetitivas e o seu devido processamento frente ao inchaço do Poder Judiciário. Ademais, estudou-se sobre o caráter jurídico da tese jurídica fixada no incidente e sua vinculação. Por fim, abordou-se sobre a hipótese de o sistema jurídico brasileiro, com base na sistemática do IRDR, estar se transformando, no que tange ao uso de precedentes judiciais, ao sistema jurídico da *common law* e verificou-se que, embora introduzidas ferramentas com viés de fortalecimento de precedentes, o que realmente se busca é a maior segurança jurídica, maior celeridade nas demandas coletivas, e visando fortalecer especialmente o princípio da isonomia das decisões judiciais. Com isso, o sistema jurídico brasileiro não pode, ainda, ser comparado ao sistema jurídico que se baseia grandemente em precedentes judiciais para a efetivação do Direito, o *common law*.

A VIOLAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA NO BRASIL

Henny Heldt Neta

Cesar Riboli

O presente trabalho tem como objetivo abordar o direito fundamental à educação da criança no Brasil e as consequências decorrentes da violação deste direito. Inicialmente foi necessário efetuar-se uma breve análise do histórico acerca deste direito, contido nas constituições antigas e na legislação nacional, devido a sua relevância, de modo a se chegar aos dias atuais, onde o principal marco legal é a Constituição Federal de 1988. O Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA), se constitui em importante instrumento normativo regulamentador do direito de natureza constitucional. O direito à educação da criança é reconhecidamente um direito fundamental social, de forte proteção constitucional. Por outro lado, a posição da jurisprudência nacional tem sido coerente com a vontade do constituinte, recolhendo de forma coerente e firme o direito a educação e a responsabilidade do Estado em efetivá-lo. Inicia-se com um breve contexto histórico acerca dos direitos fundamentais e suas gerações, enfatizando sua importância com a referência ao texto constitucional existente acerca deste assunto. Ainda discorre sobre as consequências da violação deste direito fundamental à educação e com a utilização de exemplos de casos concretos e reais. A utilização de dispositivos legais, autores de renomado conhecimento no assunto e jurisprudências, visam fundamentar o assunto abordado. Ademais a conclusão evidencia a importância da educação nos dias atuais a partir da proteção legal e da posição do Judiciário em dar concretude ao direito sempre que instado a agir diante da negativa de efetivação do direito por parte do Estado. O método de abordagem usado na construção do referido trabalho foi o dedutivo, método monográfico como procedimento de pesquisa indireta – bibliográfico como técnica de pesquisa.

DIREITOS DO COMPANHEIRO E DO CÔNJUGE NAS RELAÇÕES DE FAMÍLIA E SUCESSÕES: DICOTOMIAS ENTRE AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

Roberta Galvão Amaral

Daniela Lippestein

O presente trabalho foi realizado com o propósito de investigar se os direitos concedidos ao companheiro, em uma união estável, são os mesmos dados aos cônjuges, aos quais, estabelecem uma união através do instituto do casamento, uma vez que, de acordo com nossa Constituição Federal, não deve haver distinção entre ambos e todos devem ser tratados de forma igualitária. O objetivo principal deste trabalho, foi justamente apurar se em nosso ordenamento jurídico, é garantido pela legislação a todos os casais, sejam eles constituídos pela união estável ou pelo casamento, os direitos que à eles são inerentes. A metodologia utilizada neste trabalho, foi a pesquisa bibliográfica, na qual foi possível encontrar uma fundamentação coerente de renomados doutrinadores de nosso país, bem como foi recorrido a análise de jurisprudências e consulta a alguns sites eletrônicos, para que assim, se pudesse chegar a uma conclusão mais precisa ao problema em questão. O trabalho ainda não está concluso, no entanto existem alguns resultados esperados com deslinde do mesmo, qual sejam: a-) Que as garantias constitucionais são aplicadas da mesma forma, independentemente de ser cônjuge ou companheiro; b) Que a Constituição Federal contempla de forma diferenciada o tratamento do cônjuge e o companheiro; sendo que o cônjuge possui uma proteção maior de suas garantias constitucionais nas relações de família e sucessões, se comparado ao direito do companheiro; Ou, c) Que a Constituição Federal equipara o tratamento concedido ao cônjuge e ao companheiro. Porém, a legislação ordinária realiza distinções.

AS CONSEQUÊNCIAS PATRIMONIAIS APÓS SEPARAÇÃO DE FATO

Éder Barbosa dos Santos

Jan Carlos Novakowski

O presente trabalho tem por objetivo pesquisar a respeito do patrimônio de uma sociedade conjugal, a qual se encontra em processo de divórcio. Inicialmente, foi necessário analisar o surgimento dos institutos de separação e a dissolução do casamento no Brasil, suas regulamentações a aplicabilidade no ordenamento jurídico da época, bem como, Leis e normas que norteiam o judiciário atualmente a cerca da matéria. Em seguida, passou-se a analisar sobre os regimes de bens e a união estável, vigentes e aplicados no direito brasileiro, passando a estudar cada um dos regimes, sua forma, aplicação e divisão de bens, próprios de cada instituto. Por fim, declinou-se a definir alguns problemas no que tange a partilha dos bens do casal, nesse sentido, o estudo concentrou-se na meação do patrimônio dos cônjuges, após a separação de fato até a sentença que julga procedente o pedido divórcio, com o intuito de passar ao leitor, se os bens adquiridos individualmente por cada um deles, durante esse período, entre a separação e o divórcio, devem integrar o montante na hora da partilhar o patrimônio comum dos cônjuges.

A INFLUÊNCIA DAS FALSAS MEMÓRIAS NO PROCESSO PENAL, CONSIDERANDO A FRAGILIDADE DA PROVA E A VULNERABILIDADE DA MEMÓRIA HUMANA

Joseane Talita Pisatto

Daniel Pulcherio Fensterseifer

A presente pesquisa teve como finalidade abordar a fragilidade da prova oral no processo penal, como meio que pode induzir na decisão judicial, considerando a vulnerabilidade da memória humana. No entanto, os estudos sobre o assunto em questão ainda são relativamente novos na área jurídica. A pesquisa tem o objetivo de conhecer os principais aspectos da memória, para assim identificar o surgimento das falsas memórias, e considera-las durante depoimentos devem ser confrontados com as demais provas do processo para que se verifique sua compatibilidade com as provas apresentadas nos autos de modo a proporcionar um julgamento mais justo e também para perceber a urgência da necessidade de começar abordar tal tema em sala de aula para uma qualificação mais completa do acadêmico que se tornará um operador do direito. O método de pesquisa utilizado no presente estudo, sem o qual não seria possível chegar-se ao término, tendo em vista a ampla doutrina utilizada por renomados escritores, utilizou-se de abordagem, classificado como dedutivo, o método de procedimento; o qual se caracteriza como monográfico e, por fim, ressalta-se a utilização da técnica de pesquisa utilizada, qual seja, a pesquisa indireta – bibliográfica e documental.

DELAÇÃO PREMIADA SOB O VIÉS DOS PRINCÍPIOS DA IMPARCIALIDADE DO JUIZ E DA INÉRCIA DA JURISDIÇÃO: UMA RELAÇÃO POSITIVA OU DE AFRONTA?

Larissa Fritzen

Jean Mauro Menuzzi

A presente pesquisa tem por escopo um estudo sobre a delação premiada, ante a sua ampla difusão e necessidade de maior conhecimento teórico, e mais precisamente, verificar de que forma pode ou não ocorrer uma afronta aos princípios da imparcialidade do juiz e da inércia da jurisdição. Para realizar a pesquisa, foi utilizado o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta, bibliográfica, como a técnica de pesquisa. Para chegar aos resultados esperados, inicialmente, foi objeto de estudo o inquérito policial, apontando sua conceituação e procedimento, os principais meios probatórios no processo penal, além de discorrer sobre noções iniciais da delação premiada, apontando a sua conceituação e principais leis sobre o tema. Após, foram analisados os princípios da imparcialidade do juiz e inércia da jurisdição, para conhecimento preliminar, expondo explicações doutrinárias relevantes sobre o estudo dos mesmos, além de tratar sobre a exposição teórica ante a busca da verdade material no processo e sua necessidade atual para o devido processo legal. Concluindo o objeto de estudo, foi exposto o procedimento da delação premiada no ordenamento jurídico brasileiro, discorrendo sobre seus principais pontos, uma breve síntese explicativa do caso da operação Lava Jato, apontando exemplos de delação premiada decorrentes, além de expor referenciais acerca do questionamento da correlação ou afronta entre o instituto da delação premiada e os princípios processuais da imparcialidade do juiz e inércia da jurisdição, mais precisamente, os pontos principais da pesquisa, quais sejam, a possível vinculação do juiz ao aceitar a delação premiada, e, se ao aceitar a delação, o juiz se tornaria ou não inquisidor, levando em consideração também o princípio da inércia da jurisdição.

DA (IM) POSSIBILIDADE DA INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 45 DA LEI 8.213/91 A TODAS AS APOSENTADORIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Leila Adriana Oliveira Luz
Luciana Borella Camara Ardenghi

Esse trabalho intitula-se “Da (im) possibilidade da interpretação extensiva do art. 45 da Lei 8.213/91 a todos os beneficiários do regime geral de previdência social”. Teve como principal objetivo verificar a possibilidade ou não de interpretação extensiva do art. 45 da Lei 8.213/91, que diz respeito ao acréscimo de 25% a todos os beneficiários do regime geral de previdência social. A Previdência Social é um dos tripés da Seguridade Social. A Seguridade Social é composta por: Previdência Social, Assistência Social e Saúde. Logo, é um conjunto de normas, princípios e instituições. Entende-se que Previdência Social é uma forma de assegurar o contribuinte por meio de um seguro chamado aposentadoria. A principal finalidade de uma aposentadoria é proteger o contribuinte para que este não se torne um vulnerável da sociedade. Atualmente, o artigo 45 da Lei 8.213/91 estabelece ao aposentado por invalidez a possibilidade de um acréscimo de 25% em relação ao benefício, desde que comprovada a necessidade de cuidados contínuos. Porém, a controvérsia persiste em relação a extensão desse acréscimo aos demais benefícios, onde o aposentado necessita igualmente de cuidados contínuos. Para a realização desse trabalho, fez-se uma pesquisa de cunho bibliográfico. A matéria ainda se encontra controversa, com decisões a favor, que entendem ser possível a extensão desse acréscimo aos demais benefícios, em virtude do princípio da igualdade, e, de outro lado, decisões contra, que interpretam o artigo de forma gramatical ou literal, não abrindo margem para uma interpretação extensiva. Dessa forma, aguarda-se o julgamento dessa matéria pelos tribunais superiores, em virtude de ser matéria de repercussão geral.

A SÚMULA 443 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E A ESTABILIDADE NO EMPREGO

Luana Maicá

André Rodrigues

O presente trabalho concentra-se na análise da Súmula 443 do Tribunal Superior do Trabalho e a estabilidade no emprego, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, levando-se em consideração o tempo em que os trabalhadores eram escravizados, sem qualquer direito trabalhista e, a evolução ao longo do tempo do direito do trabalho, o foco bibliográfico deste estudo, tem início na análise da história do direito do trabalho no Brasil. Seguidamente, destaca-se as fontes do direito do trabalho utilizadas pelos operadores do direito na aplicação do mesmo. A seguir, trata-se dos princípios norteadores do direito do trabalho, os quais tem por objetivo promover a proteção do trabalhador, parte considerada mais frágil na relação empregatícia. Posteriormente, aborda-se sobre as modalidades de rupturas do contrato de trabalho, destacando-se os casos em que a ruptura do contrato se dá por iniciativa do empregado, os casos em que o término do contrato se origina por iniciativa do empregador e, além destas, outras modalidades de rescisões contratuais, abordando os respectivos direitos e deveres dos empregados nestas situações. Ainda, sobre a análise do referido tema, destaca-se os tipos de estabilidade no emprego, onde primeiramente aborda-se sobre a distinção de estabilidade e garantia de emprego, onde esta é considerada mais ampla, abrangendo todos os atos e normas criados pelos instrumentos jurídicos vigentes e, aquela é considerada uma forma de garantia no emprego. Seguidamente, analisa-se a história da Súmula 443 do Tribunal Superior, destacando os precedentes levados em consideração para edição da referida súmula e suas implicações ao longo do tempo. Por fim, são abordados alguns entendimentos do Tribunal Superior do Trabalho, acerca da Súmula nº 443, em que os empregados portadores do vírus HIV ou outra doença grave, em casos de dispensa sem justa causa, tem direito a reintegração ao emprego.

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA: UMA ANÁLISE SOBRE A SUA (IN)CONSTITUCIONALIDADE

Luana Pietrobelli Martinelli

Tiago Galli

A Constituição Federal de 1988 traz em seu texto inúmeras garantias processuais ao acusado da prática delitiva, entre elas está o princípio da presunção da inocência, que assegura que a culpabilidade do acusado somente será auferida com o devido trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Tal garantia assegura também que nenhuma pena será aplicada ao réu sem a existência de uma decisão imutável. Assim, somente é admitida a prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória a título de medida cautelar, ou seja, quando a liberdade do indivíduo é tida como um risco para o processo penal, seja para o resguardo das provas ou para a aplicação da lei penal. Ocorre que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o *Habeas Corpus* 126.292, em 17 de fevereiro de 2016, admitiu que o acusado seja preso, mesmo não tendo o trânsito em julgado, quando a sentença penal condenatória for confirmada em grau de apelação pelos tribunais ordinários. Um dos principais argumentos é a ausência de efeito suspensivo aos recursos da via extraordinária, bem como a revolta da população brasileira com a morosidade da justiça penal. A mudança de entendimento da Corte Suprema Brasileira, apesar de não ter efeito vinculante, está causando uma reviravolta nos tribunais ordinários, que após a confirmação da condenação em sede de apelação já estão determinado o recolhimento do réu à prisão, mesmo que a decisão seja passível de recurso ao STF e ao STJ. Além disso, constitucionalistas e criminalistas criticam veementemente tal deliberação, por violar brutalmente o princípio da presunção de inocência, o qual deve estar presente em todas as fases do processo penal, sendo relativizado somente com devido trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Desta forma, o presente trabalho de conclusão de curso visa analisar a (in)constitucionalidade da execução provisória da pena, bem como a possibilidade de mitigação do princípio da presunção da inocência para favorecer o princípio da efetividade da lei penal e a valorização do Poder Judiciário. Para isso fez-se necessário estudar os princípios norteadores do devido processo penal, as modalidades de prisões existentes no ordenamento jurídico brasileiro, assim como os recursos e seus efeitos no processo penal. Ademais, para a realização do estudo utilizou-se como fonte principal de pesquisa a consulta bibliográfica, através do uso da doutrina e artigos científicos, e a análise da jurisprudência dominante nos tribunais superiores.

A (IM) POSSIBILIDADE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO DE RESOLUÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO

Marco Antônio Sala

Maurício Zandoná

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito da reforma trazida pela Lei 13.105/15, que veio a introduzir o novo Código de Processo Civil e trouxe grandes modificações na área dos recursos, em especial, o agravo de instrumento. Para realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e o método de pesquisa indireta – bibliográfica. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado para as primeiras legislações processuais civil que introduziram o recurso de agravo ao ordenamento jurídico, bem como seus conceitos e suas características. Posteriormente, aprofundou-se sobre as mudanças trazidas para o instituto do agravo de instrumento com a promulgação do Código de Processo Civil de 2015. Abordou-se também sobre a nova forma de cabimento do recurso, bem como o rol de decisões passíveis do agravo, as não agraváveis e a recorribilidade de certas decisões não abrangidas pelo agravo de instrumento. Ademais, abordou-se sobre a taxatividade do rol estabelecido no art. 1.015 do Código de Processo Civil, bem como uma breve explanação sobre a interpretação extensiva e sobre a hipóteses do inciso III do art. 1.015 se encaixar na extensão. Concluindo este estudo bibliográfico, analisou-se as regras da competência do 1º grau até o 2º grau de jurisdição, bem como o momento em que se verifica a competência do juízo e finalmente se é possível a aplicação da interpretação extensiva para impetração para flexibilização do agravo de instrumento contra decisão interlocutória que versa sobre competência.

SATISFAÇÃO DA VÍTIMA DO DANO MORAL E PARÂMETROS ADOTADOS

Mariane Londero

Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes

O presente trabalho fará uma abordagem sobre a satisfação da vítima do dano moral e parâmetros adotados, objetivando verificar aspectos acerca da responsabilidade civil, seu histórico e classificação. Faz-se apreciação sobre os danos reparáveis como os patrimoniais, morais, estéticos e sociais, além de investigar os elementos de quantificação e se os parâmetros utilizados são suficientes para satisfazer os anseios da vítima do dano moral. Os parâmetros adotados pelos magistrados para arbitrar os valores monetários dos danos morais está sendo a que a vítima espera para obter a satisfação desejada. Para a configuração de responsabilidade civil deve-se ter sofrido um dano a ser reparado, esses danos muitas vezes são morais de difícil reparação, pois o ordenamento jurídico brasileiro não apresenta legislação que dê essa proteção. Assim, devido essas mudanças, surgem maneiras de cumulação dos danos morais com os danos patrimoniais, estéticos e coletivos podendo ser reparados juntamente desde que tenha ocorrido do mesmo fato lesivo. Dessa maneira, os danos reparáveis ainda continuam sendo de difícil concretização e a sua quantificação na reparação dos danos morais tem levado a várias discussões. A maneira encontrada para a satisfação da vítima do dano moral e os parâmetros adotados é o da reparação integral e a quantificação do dano moral baseado nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

NORMAS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Matheus Roberto Stefanello

Gustavo Buzatto

O presente trabalho trata das mudanças ocorridas com o advento do novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.256, de 2016), especialmente quanto ao rol de direitos fundamentais estabelecidos nos primeiros artigos da Lei. A ênfase é dada as garantias proporcionadas pelo Contraditório Substancial, objetivando uma nova visão do princípio, não bastando para sua satisfação à mera notificação, mas sim, a oportunidade de influência em todos os atos processuais e a garantia de não surpresa das decisões proferidas. O novo Código de Processo Civil pode ser considerado como uma estrutura de um tripé, organizada pelo contraditório Substancial, pela fundamentação das decisões judiciais e a teoria dos precedentes judiciais, a premissa é de que se tivermos um contraditório substancial efetivamente proporcionado, as decisões judiciais poderão ser consideradas verdadeiramente fundamentadas para o caso concreto, que construirá uma decisão adequada para os anseios do novo sistema de precedentes. Diante das novidades do novo Código, será feito uma análise jurisprudencial para verificar a aplicabilidade do contraditório substancial e também da teoria dos precedentes, analisando se na prática já está sendo praticado um modelo ideal.

DIREITO A SAÚDE DO PARTICULAR ANALISADO SOB A ÓTICA DA FINALIDADE DO ESTADO

Gustavo Andrei dos Santos

Diana de Souza

O presente trabalho tem por objeto o estudo do histórico da saúde, em relação à evolução do Estado, com a finalidade de intervir no poder do Estado, na relação entre o coletivo e o particular. O direito a saúde, trata-se de um direito fundamental o qual ao passar dos anos foi disciplinado na Constituição Federal, seu tratamento enquanto individual no Brasil mesmo que, tal direito siga o previsto na Constituição e em leis, é cada vez mais crescente a busca do individual pelo Poder Judiciário com a finalidade de cobrança que se cumpra as obrigações do Estado. Analisando a saúde sob a ótica dos direitos fundamentais qualificados como direito humano universal e social, caracterizando a dignidade humana como a razão de ser do Estado. Será analisada a responsabilidade do Estado pela ação ou omissão de seus agentes, salientando-se o cumprimento de suas obrigações. Conceitua o SUS – Sistema Único de Saúde, bem como seus princípios. A discussão acerca da relação entre o direito à saúde expresso no texto constitucional e o que se passa quando da necessidade do poder do Judiciário, vindo a atuar a fim de assegurar o direito à saúde individualmente, acaba gerando gastos excessivos a Administração Pública.

CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Sara Marina Pierine Brizolla

Mateus da Jornada Fortes

Estabelecer os limites da atuação do Poder Judiciário em face da revisão dos Atos Administrativos do Poder Executivo, tendo como objetivo compreender as balizas desse comportamento, buscando entender esse novo paradigma sobre a separação dos Poderes, bem como a interferência do Poder Judiciário no Poder Executivo. Apresentando a problemática da análise do controle judicial dos Atos da Administração Pública diante do mérito administrativo versus a efetivação das Políticas Públicas através do ativismo judicial. A metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa foi a monográfica de caráter descritivo, explicativo e qualitativo, sendo pesquisa indireta bibliográfica, através de materiais gráficos e informatizados. Consta-se que dentro desse problema de pesquisa há uma íntima relação com os direitos previstos na Constituição e o controle judicial dos Atos da Administração Pública, que está adstrito à previsão legal agindo entre a abstração prevista em Lei e sua direta concretização. É por meio desta que o Estado promove a fusão entre o real e o abstrato. Diante disso é totalmente cabível a análise do Poder Judiciário quando existe previsão legal para tal realização, entretanto quando judiciário concede ou cria direito não regulamentado dentro da Administração Pública, se tem uma jurisdição expansiva (ativista) prejudicial tanto ao Poder Executivo na concretização de tais imposições bem como é, de certa forma, comprometedor para a participação Democrática.

A CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO INCIDENTE SOBRE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS

Romário Maschio Eich

Maurício Zandoná

O trabalho em questão terá como objetivo central a análise sobre a correta destinação da contribuição de intervenção do domínio econômico (CIDE), incidente sobre combustíveis e derivados. Consabido está que a destinação correta está insculpida no art. 177, § 4º, II, da Constituição Federal. Ocorre que nem sempre esta arrecadação atinge os fins propostos pela Lei e o que seria proposto pela Carta Magna. A referida arrecadação através de contribuição vincula-se a importação e a comercialização de gasolina, diesel e respectivas correntes; querosene de aviação e derivados, óleos combustíveis, gás liquefeito de petróleo (GLP), inclusive o derivado de gás natural e de nafta; álcool etílico combustível, sendo que o produto de sua arrecadação deveria ser destinado a recursos arrecadados ao financiamento de projetos ambientais, programa de infraestrutura de transportes e pagamento de subsídio a preços ou transporte de combustíveis, conforme dita a Lei n. 10.336/91. De imediato estudar-se-á acerca da origem da intervenção estatal no domínio econômico, posteriormente acerca dos tributos previstos no sistema tributário nacional e dentro deles as contribuições de intervenção no domínio econômico, analisando-se os tributos como impostos, taxas e contribuição de melhoria. E, por fim, abarcar-se-á acerca do desvio de finalidade da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) sobre combustíveis e derivados, buscando entender qual seria a sua justa destinação. Desta feita, a pesquisa em questão visa analisar acerca da correta destinação e finalidade na arrecadação de tal contribuição. Impende referir que, para o desenvolvimento da presente pesquisa, utilizar-se-á o método de abordagem, classificado como dedutivo, o método de procedimento; o qual caracteriza-se como monográfico e, por fim, ressalta-se a utilização da técnica de pesquisa a ser utilizada, qual seja, a pesquisa indireta – bibliográfica e documental.

RESTRIÇÕES AO EMPREGADOR NA DISPENSA COLETIVA DOS EMPREGADOS

Umberto Trento
Tarcisio Vendruscolo

O presente trabalho tem como objeto principal estudar as principais restrições do empregador frente a demissão coletiva de seus empregados. A partir disso, no primeiro capítulo será tratado sobre assuntos pertinentes aos princípios do direito coletivo do trabalho, momento em que há uma narrativa da parte histórica do Direito do Trabalho no mundo e no ordenamento jurídico brasileiro, elencando seus princípios que os integram. No segundo capítulo será abordado a atuação do Ministério Público do Trabalho, momento em que introduz sobre a organização da Justiça do Trabalho, bem como seus membros e órgãos. Além disso, é trabalhado quanto as atribuições dos membros (juízes e promotores) e das funções dos órgãos como os Tribunais Regionais do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho. No terceiro momento, é abordado um estudo mais aprofundado em relação a demissão coletiva em si, começando por sua definição, seguindo por seus requisitos, responsabilização do empregador frente ao assunto e entendimentos jurisprudenciais dos Egrégios Tribunais referente ao assunto, e ainda a caracterização do dano moral causado aos empregados. Ainda referente ao terceiro capítulo, baseando-se no estudo feito, conclui-se que a demissão coletiva, ou demissão em massa tem muito a ser estudado e muitos aspectos que tentam tornar essa atitude impossível, porém, sem que exista uma lei regulamentadora no ordenamento jurídico, tudo a ser decidido sobre o assunto se fundamenta em decisões jurisprudenciais que fazem com que um entendimento se aplique aos demais casos, tendo em vista que a maioria dos casos de demissões coletivas se limitam por um motivo, sendo esse na maioria dos casos a situação econômica da empresa.

A RESPONSABILIDADE CIVIL NO CASO DE DESISTÊNCIA IMOTIVADA DO PROCESSO DE ADOÇÃO DURANTE O ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA

Simone Verdi

Pablo Henrique Caovilla Kuhnen

Os direitos fundamentais e garantias asseguradas às crianças e adolescentes no direito brasileiro tiveram forte influência de documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Declaração dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, em atenção ao princípio da proteção integral, ao direito fundamental a convivência familiar e ao novo perfil da família contemporânea baseada no afeto e na busca da realização pessoal e dignidade de todos os seus membros, atribuiu especial atenção ao menor, pessoa em desenvolvimento que se encontra em uma situação de fragilidade e formação de personalidade, recebendo assim uma posição privilegiada na família. O objetivo do presente estudo é analisar o instituto da adoção, especialmente sobre a possibilidade de responsabilização civil dos adotantes que desistem do processo após iniciarem o estágio de convivência, consequentemente “devolvendo” a criança ou adolescente aos cuidados do poder judiciário, através do aporte teórico em pesquisa bibliográfica pelo método indutivo. A adoção consiste em uma modalidade de colocação da criança ou adolescente em família substituta, visando assegurar o pleno desenvolvimento de tais sujeitos que foram abandonados ou que por outros motivos foram afastados de sua família natural. O artigo 47 do Estatuto da Criança e do adolescente dispõe que o vínculo da adoção e seus efeitos se constituem com a sentença judicial, sendo o estágio de convivência um período de adaptação da criança/adolescente com sua nova família, provisório e, portanto revogável, inexistindo vedação legal para a conduta de desistência durante este período. Ocorre que a desistência do processo durante referido estágio sem uma justificativa plausível é uma realidade que vem tornando-se cada vez mais frequente e sendo objeto de decisões judiciais que visam responsabilizar civilmente os adotantes especialmente no que concerne a lesão à personalidade das crianças e adolescentes, revitimizados por um novo abandono e que não podem ser coisificados, vistos como objetos passíveis de “devolução”, mas sim sujeitos de direitos, que têm assegurados sua dignidade e prioridade absoluta em relação à proteção integral à infância e juventude.

O BANCO DE HORAS E O ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE HORAS: LIMITES E CONDIÇÕES

Verenice Favaretto

André Rodrigues

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito da jornada de trabalho do empregado, de acordo com as normas trabalhistas. Analisou-se neste sentido os variados aspectos que fazem parte da jornada de trabalho do empregado. Sendo que, para a realização do mesmo, recorreu-se ao método indutivo, seguindo assim como método de abordagem também o método monográfico como sendo o método de procedimento e a pesquisa indireta (bibliográfica) como técnica da presente pesquisa. Primeiramente, a base deste estudo bibliográfico foi apontada para um fenômeno que vem cada vez mais fazendo parte e ganhando espaço nas relações trabalhistas, chamado “flexibilização trabalhista”, bem como os tipos de flexibilização que podem fazer parte dos contratos de trabalho e os aspectos positivos e negativos que este fator pode representar nas relações trabalhistas. Posteriormente, investigou-se sobre a duração do trabalho, seguindo dos tipos de intervalos no decorrer da jornada de trabalho ou entre uma jornada e outra, que são destinados para a alimentação e repouso do trabalhador e a classificação da jornada de trabalho. Também se abordou as distinções entre o banco de horas e o acordo de compensação de horas, analisando os limites legais, até onde poderão ser estabelecidos no contrato de trabalho do empregado, as condições que a lei prevê para que se tornem válidos, e, por fim, analisou-se entendimentos jurisprudenciais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em situações que podem gerar a nulidade do banco de horas e do acordo de compensação de horas.

OS DIREITOS SOCIAIS E A LIMITAÇÃO ENTRE O MÍNIMO EXISTENCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL

Patrícia Zang Cocco

Gustavo Buzatto

O presente trabalho trata das mudanças desde os primórdios dos direitos fundamentais sociais que estão presentes na CF, quase todos direitos criados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e que estão intactos até os dias de hoje e cada vez mais servíveis e aplicáveis. Por tal razão, a CF, sempre e quando necessário, é “complementada” pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Essas normas são de caráter predominante, estabelecendo obrigações de prestar algo, requerendo, para sua aplicação, uma ponderação com bens jurídicos distintos, perante uma análise de proporcionalidade. Com base nos direitos fundamentais sociais, criou-se o mínimo existencial, o qual é entendido como um limite de prestação do Estado com a sociedade, o limite na garantia de uma vida digna às pessoas; é aquilo que o Estado deve/deveria fornecer às pessoas, como saúde e educação, salários dignos e hábeis à suficiência na prestação do sustento de suas famílias. Visto que o mínimo existencial ainda não é assunto pacificado nos estudos e doutrinas do País, assim como sua aplicação, há um espaço em aberto para o Estado; assim, tendo essa oportunidade o Estado alega a reserva do possível, ou seja, de que não possui verbas suficientes para fornecer o que se entende por mínimo existencial; trata-se da forma que o Estado aloca os seus recursos, sequer dando, na maioria das ocasiões, a prioridade que se deveria dar aos direitos fundamentais sociais, investindo o dinheiro em outros setores, deixando a mercê e não cumprindo o mínimo exigido, embasando seus atos na teoria da reserva do possível e alegando, ainda, sua impossibilidade financeira. Assim, o mínimo existencial e a proporcionalidade como proibição do retrocesso devem representar um parâmetro de constitucionalidade da alocação de recursos, determinando, requerendo, que seja afastada a reserva do possível como restrições dos direitos fundamentais sociais.

CONSUMO SUSTENTÁVEL

Luana Karpinski

Renata Egert

O presente trabalho tem por objeto o estudo do consumo sustentável nos dias atuais, observando as regras do direito ambiental. O consumo sustentável é um conjunto de práticas relacionadas à aquisição de produtos e serviços que visam diminuir ou até mesmo eliminar os impactos ao meio ambiente. São atitudes positivas que preservam os recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico em nosso planeta. Estas práticas estão relacionadas à diminuição da poluição, incentivo à reciclagem e eliminação do desperdício. O crescente processo de industrialização sempre foi bem visto pela sociedade, vez que o progresso econômico tem sido buscado incessantemente. Os recursos naturais têm sido utilizados como se fossem infinitos, e não há qualquer preocupação com os impactos das atividades realizadas. Apenas mais recentemente é que se começou a perceber que o planeta não vai sobreviver se houver o predomínio das leis do mercado. Assim, surge a preocupação com modelos sustentáveis de desenvolvimento, onde haja a conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Sendo assim, o objetivo deste estudo será de verificar se o consumo nos dias atuais de acordo com as regras do direito ambiental. O direito ambiental tem como objetivo proteger o meio ambiente bem como punir os que vierem a degradá-lo. Busca-se verificar se as pessoas respeitam o meio ambiente e se é possível consumir de forma consciente. A escolha do presente tema deu-se em virtude de que cada vez mais estarmos inseridos numa cultura de consumo, e por isso tal tema é de suma importância, eis que muitas vezes desrespeita-se o meio ambiente, sendo que as regras do direito ambiental visam preservar o mesmo. O consumo sustentável deve ser hábito de toda população, haja vista a situação do nosso planeta, por isso há a necessidade de mudanças no modo de pensar, que levem em consideração as atuais características da sociedade contemporânea e privilegiem uma visão total de mundo, com uma postura ética, responsável e solidária.

DIREITO POSITIVO NA CONCEPÇÃO WARATIANA

Saimon Riboli

Jean Mauro Menuzzi

O presente trabalho tem por objeto o estudo do direito positivo, sua evolução histórica na sociedade, seus limites de aplicabilidade. Em síntese, a construção teórica da norma é plausível sob o prisma, de assegurar as relações pessoais e interpessoais dos cidadãos, visando a ordem e a estabilidade necessária, na construção de uma sociedade justa. Sendo assim, o objetivo deste estudo mostrará a concepção de Warat acerca da filosofia da linguagem, enquanto forma de superação do dogmatismo jurídico, sendo observada, além disso, a jurisprudência a respeito do assunto. O conceito de dogmática jurídica, seus diferentes lados e seu método de aplicação. A maioria dos cursos jurídicos no Brasil se encontra em descompasso com os paradigmas teóricos e metodológicos propostos pela área da educação. Muito mais que assegurar que alunos compreendam as leis em diferentes modalidades, sejam elas, políticas, filosóficas e críticas, deve-se buscar que conheçam bem as leis e sua estrutura lógica no sistema jurídico, usando o caráter da sensibilidade para entender as figuras do processo. Tornar prática um ensino criativo e especulativo poderá desenvolver e consolidar uma cultura jurídico-intelectual, muitas vezes a estrutura dos cursos aprisiona estudantes e professores à condição de reféns de uma dogmática incapaz de entender os tipos e formas de conflitos que se renovam com tanta frequência no dia a dia. Ai então entra a perspectiva pedagógica de Luis Alberto Warat, que busca contribuir para a construção de um modelo de ensino fundado na reformulação de premissas antigas à luz de um direito crítico e reflexivo que não permita à ausência de raciocínio crítico e problematizador, mumificar o conhecimento jurídico e impedir sua adaptação completa a situações e conflitos sociais que se renovam e nunca cessam. Warat propõe um modelo de ensino que vá além do raciocínio lógico-dedutivo da norma e dos métodos interpretativos, que permita ao aluno conhecer o direito pela via da linguagem, mas que incide a partir de tal linguagem como agente ativo para produzir conhecimento. Por fim, o tema a ser analisado é de suma importância, pois a superação do dogmatismo jurídico é vital para aqueles que buscam soluções jurídicas, que se veja em sua aplicação uma forma eficiente, porém simples, que se crie uma geração de pensadores e não de pessoas que falam daquilo que ouvem. É necessário que o direito se abra para as múltiplas e complexas informações que o cercam.

USUCAPIÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Sara Sarturi
Otacílio Vanzin

Esta pesquisa visa auxiliar no entendimento dos benefícios da usucapião extrajudicial à medida que tem como objetivo analisar a eficácia da nova modelagem do procedimento da ação de usucapião extrajudicial no novo Código de Processo Civil. Para atingir este objetivo, apresentou-se as bases para o entendimento do conceito da usucapião, os principais passos da usucapião no processo judicial e, por fim, a usucapião extrajudicial ou administrativa, que é a inovação do procedimento da ação de usucapião implantada no novo Código de Processo Civil. Com base na literatura, averiguou-se que, em certos casos, o processo de usucapião extrajudicial é mais vantajoso do que a usucapião judicial, em virtude do tempo utilizado para o resultado, da sua segurança jurídica, o do descongestionamento da via judicial.

A SÚMULA 443 DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E A DESPEDIDA DISCRIMINATÓRIA

**Laís de Castro
André Rodrigues**

O presente trabalho, com tema delimitado “ A súmula 443 do Tribunal Superior do Trabalho e a despedida discriminatória”, tem por objetivo analisar a quais são os motivos que levam a despedida, e quando se torna caracterizado como ato discriminatório. A legislação trabalhista trata de situações que ensejam tratamento discriminatório, impondo consequências, como a Lei n. 9.029/95 e o art. 373-A da CLT. A Súmula 443 do Tribunal Superior do Trabalho trouxe entendimento segundo o qual outras situações dão azo ao tratamento discriminatório, passível de gerar efeitos trabalhistas. É necessário o vislumbre do artigo 4º da Lei 9.029/95, diploma que já previa reparação de dano moral por rompimento da relação de trabalho por ato discriminatório, destacando a proteção do contrato de trabalho, os quais devem permanecer em sintonia com os princípios fundamentais consagrados pela Constituição Federal/1988, a saber: dignidade da pessoa humana, função social do trabalho, etc. Assim, o que se verá no presente é o entendimento jurisprudencial de que a dispensa arbitrária ou sem justa causa do empregado portador de doença grave é presumidamente discriminatória, assegurando, dessa forma, ao empregado, nos casos em que o empregador não houver demonstrado a ocorrência de outros motivos que justifiquem a rescisão contratual, a declaração de sua invalidade e o consequente direito à reintegração ao posto de trabalho.

O DANO EXISTENCIAL DECORRENTE DE ATOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Aline Tomasi Londero

Aline Ferrari Caeran

O presente trabalho tem por objetivo a análise da prática de atos de alienação parental em face de crianças e adolescentes e se esses atos interferem e provocam consequências psicológicas na formação psíquica dos menores, de modo a caracterizar o chamado dano existencial. Para tanto, no primeiro capítulo buscou-se compreender o instituto jurídico da responsabilidade civil, seu conceito e pressupostos, especificamente no que concerne ao dano existencial e como se configura. Já no segundo capítulo, analisou-se a aplicabilidade da lei 12.318/2010 que dispõe sobre a alienação parental e seus pressupostos. Por fim, no último capítulo, a fim de responder o problema de pesquisa proposto, passou-se a analisar se a prática de atos de alienação parental interferem e provocam consequências psicológicas na formação psíquica da criança ou adolescente, configurando o chamado dano existencial, com base nos fundamentos do entendimento consolidado nas decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e Superior Tribunal de Justiça. Utilizou-se para isso, o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta bibliográfica como técnica de pesquisa. Por fim, salienta-se que o tema estudado é de extrema relevância para a sociedade, pois se encontra latente na realidade dos núcleos familiares levando em conta os inúmeros casos de divórcios e separações conjugais, sendo que se constatou que a alienação parental pode causar danos psicológicos, por vez, irreversíveis à criança ou adolescente lesando o direito de convívio saudável no meio familiar, bem como sua dignidade, podendo ainda, herdar a tendência de reproduzir os mesmos atos que o alienador praticou para com ele, em seus filhos.

FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E A POSSIBILIDADE DE MULTIPARENTALIDADE E SEUS EFEITOS JURÍDICOS

Aline Oliveira

Cátia Venina Sanderson da Jornada Fortes

A presente monografia pretende abordar a possibilidade da multiparentalidade a partir da consolidação do critério afetivo de definição de relação paterno-filial. A multiparentalidade, ou pluriparentalidade como preferem alguns doutrinadores, consiste na coexistência das filiações biológica e afetiva, cabendo a ambos os ascendentes os direitos e deveres advindos da paternidade. A pesquisa foi realizada no método dedutivo, a partir de obras bibliográficas e decisões dos Tribunais de Justiça pelo país. A partir da evolução dos arranjos familiares ao longo dos anos e a prevalência do princípio da afetividade para determinar os vínculos paterno-filiais, o Direito de Família inclui dentre as espécies de filiação, além da biológica e registral, a filiação socioafetiva. Durante algum tempo se discutiu acerca da prevalência de um critério sobre outro, de maneira que muitos doutrinadores e juristas entenderam ser a verdade afetiva superior ao elo genético. Em atenção aos princípios da convivência familiar e melhor interesse da criança e adolescente, a doutrina e jurisprudência civilista viu na multiparentalidade a solução para os conflitos de paternidade biológica e afetiva concomitantes. A partir da multiparentalidade, é viável que mesmo que esteja consolidada a filiação socioafetiva seja buscada a verdade biológica, não eximindo nenhum dos pais de suas responsabilidades, como bem foi salientado na tese obtida do RE 898.060 julgado no ano 2016 tendo como relator o Ministro Luiz Fux. Por fim, a multiparentalidade possibilita que conste no registro de nascimento a dupla ascensão, sejam duas mães ou dois pais, ou até mais devido aos novos modelos de família, de sorte que o filho passa ter os direitos pessoais e patrimoniais decorrentes da filiação referente a todos aqueles que constam no seu registro como pais. Ponto a ser estudado neste trabalho e de muita divergência na doutrina e dentre magistrados são os efeitos decorrentes da dupla ou múltipla ascendência, como o exercício do poder familiar, alimentos, guarda e direito de visitas e sucessão hereditária.

A (IN)EFICÁCIA NA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Anderson Carbolin

Olivério de Vargas

O presente trabalho traz uma análise ampla sobre a aplicação, características, requisitos e sobre a eficácia das medidas socioeducativas aplicadas ao jovem infrator. Nesse sentido, faz-se um elo comparativo entre a medida socioeducativa imposta, e o resultado por ela alcançado. É abordado o contexto histórico dos direitos infantojuvenis e também a sua evolução até os dias atuais. Através de pesquisas doutrinárias verifica-se uma enorme evolução histórica do direito da criança e do adolescente, tanto a nível nacional quanto internacional. As mudanças são radicais, o modo como o jovem passou a ser visto pela sociedade e pelo Estado é totalmente diferente. Ainda, busca-se a compreensão da aplicação das medidas destinadas aos jovens infratores. Também traz ideias diversificadas sobre o tema, alguns posicionamentos mais flexíveis e outros rígidos sobre as medidas de reeducação mais gravosas. É analisado todas as medidas aplicáveis, seus pontos que geram debates acerca de sua aplicabilidade, sua eficácia, enfim, todas as peculiaridades existentes. As referidas medidas, geralmente, ou pelo menos é o que se espera, funcionam como resposta ao ato infracional praticado. É nítido que as medidas socioeducativas caracterizam uma espécie de retaliação educativa, cuja aplicação deve ter como principal função, a ressocializar, e que não se transforme numa punição pura. O real propósito das medidas socioeducativas deve ser o de instigar o adolescente a ter uma consciência responsável, para que ele seja reinserido no convívio social e não volte a comer ilícitos.

FIANÇA NOS CRIMES HEDIONDOS

Douglas Stormovski

Oliverio de Vargas Rosado

Este trabalho examina os crimes hediondos e sua aplicabilidade no sistema jurídico brasileiro. A ordem social só pode ser assegurada através de um competente sistema jurídico que possa corresponder aos anseios sociais da época. Com isso nasceu o direito penal. O direito penal existe desde as sociedades primitivas e assim foi evoluindo ao longo do tempo, pode-se citar alguns institutos do direito penal como o direito penal romano, canônico, primitivo, comum. No Brasil, o direito penal surgiu com a legislação portuguesa, tendo a legislação brasileira influência apenas num segundo período. A primeira fase teve início com o descobrimento do Brasil em 1500 e se estendeu até o ano de 1830. A segunda fase começou com o advento do Código Criminal do Império de 1830, o qual vigorou até 1890, com o surgimento do Código Penal da República. A terceira fase começou em 1890, com a criação do Código Penal republicano, e perdura até a data de hoje. Ademais, com o passar dos anos o Direito Penal passou por diversas transformações e evolução, fazendo com o mesmo sofresse alterações, como por exemplo, a Lei dos Crimes Hediondos, para que se adequasse a realidade dos dias atuais. Para a realização do estudo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfica como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo foi a história do direito penal, os princípios do direito penal e os princípios constitucionais do direito penal.

TRIBUNAL DO JÚRI: A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES DO CONSELHO DE SENTENÇA

Cândido Emilio Chaves Falcão

Alejandro Cesar Rayo Werlang

Este trabalho foi pesquisado e fundamentado em Leis vigentes no País e na Carta Magna de 1988, trazendo à baila o emblemático Tribunal do Júri, buscando uma ligação desde o seu nascimento até os dias de hoje. Nota-se que o Tribunal do Júri no Brasil tem seus próprios instrumentos de aplicabilidade e organização, mas não foge dos moldes aplicados na Roma antiga, por exemplo, formas que variam da maneira de escolher os jurados até a sentença final, respeitando um rito e o máximo de imparcialidade nas decisões. Nessa pesquisa, fica especificamente claro que o tribunal do júri, segue os mesmos preceitos reguladores de sua aplicação, mas é tratada aqui, a influência da mídia nas decisões, a forma com que os meios de comunicação noticiam os fatos e dificultam a defesa do acusado, gerando um clamor social sobre o crime, dificultando por consequência a ampla defesa do acusado. Por certo, que não é desconhecido de ninguém que esse ambicioso processo midiático que nas suas entrevistas faz alusões ao caso, chamando delegados, promotores, assistentes de acusação para darem suas opiniões, gerando uma pré-condenação se assim pode-se falar, e os leigos telespectadores se convencem da culpabilidade e essa ideia de caça ao criminoso chega aos jurados, que, por sua vez, são também cidadãos comuns da sociedade, cheios de sentimentos e se sentem certamente com o dever de fazer justiça. Para a realização do estudo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfica como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo foi a história do tribunal do júri no mundo e no Brasil. Por derradeiro, busca-se entender o direito constitucional de liberdade de imprensa, mas, sobretudo até que ponto as liberdades são mesmo legais e razoáveis.

A CONSTITUCIONALIDADE DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ESTABELECIDO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Felipe Schirmer Gerhardt

César Riboli

O trabalho aborda o estudo a respeito da constitucionalidade do tratamento diferenciado estabelecido para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, especialmente no que diz respeito às contratações realizadas após processo licitatório, e às regras introduzidas no ordenamento jurídico através da Lei Complementar nº 123/2006, para que se possa proporcionar tal tratamento diferenciado e simplificado às empresas que nelas se enquadrarem. Para realização deste, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Inicialmente, o estudo direcionou-se ao tema licitações, abordando a concepção de licitação, os princípios que regem os processos licitatórios, a competência para legislar e a previsão legal, bem como as modalidades de licitação. Em seguida, dissertou-se sobre o tratamento diferenciado às ME e EPP, fazendo um breve relato histórico das Leis em benefício as microempresas e empresas de pequeno porte, em seguida, as vantagens trazidas a essas empresas com a promulgação da Lei Complementar nº 123/2006, bem como, como procede o enquadramento dessas empresas nesse formato simplificado e quais empresas são impedidas de enquadrar-se neste ordenamento. O último capítulo dedicou-se a unificar os estudos, apresentando assim um relato específico sobre o tratamento diferenciado em licitações, ofertado às microempresas e empresas de pequeno porte, demonstrando as vantagens que essas empresas recebem nesses certames com o advento da Lei Complementar nº. 123/2006, finalizado com alguns apontamentos jurisprudenciais. Concluiu-se que o tratamento diferenciado e simplificado ofertado às microempresas e empresas de pequeno porte encontra forte amparo constitucional, bem como fomenta o desenvolvimento local e regional através das previsões legais expressas na Lei Complementar nº 123/2006.

DA APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NAS EXECUÇÕES FISCAIS

William Carlos de Oliveira Grinke

Jan Carlos Novakowski

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito da Execução Fiscal frente ao Novo Código de Processo Civil, delimitando e conceituando o tema execução fiscal em todos seus aspectos, desde a Lei de Execuções Fiscais nº 6.830 de 22 de setembro de 1980, a qual dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, como também se este regramento fora recepcionado pela Constituição Federal de 1988, introduzindo conjuntamente as novas circunstâncias trazidas pelo Novo Código de Processo Civil de 2015, as quais acarretaram uma mudança profunda quanto à aplicabilidade do processo de execução e ao entendimento dos magistrados e tribunais superiores. Posteriormente buscou-se demonstrar a aplicabilidade jurisprudências, procurando exteriorizar como está sendo efetivada a reorganização processual e se vêm sendo acatadas pelos órgãos as novas indicações dispostas pelos preceitos processuais contemporâneos, que tiveram aplicação imediata logo após sua aprovação. Metodologicamente, o estudo utilizou a pesquisa bibliográfica para embasar os conteúdos e disposições.

A EXIGIBILIDADE LEGAL EXISTENTE NA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS NA INDICAÇÃO DE GÊNERO DO REGISTRANDO E A VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Gabriel Piovesan Ramos

Patricia Luzia Stieven

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito do confronto entre os princípios basilares da lei brasileira e a Lei de Registros Públicos, principalmente em relação à máxima do princípio da dignidade da pessoa humana para com as exigências da Lei 6.015/73. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método indutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado aos direitos fundamentais do indivíduo, fazendo-se uma introdução ao direito de personalidade e seu histórico, relacionando-se o conteúdo às diferenças entre identidade de gênero, expressão de gênero, identidade sexual e sexo biológico. Posteriormente, foi explorado o direito à personalidade e seus aspectos constitutivos (tidos como direitos relativos à promoção da pessoa em defesa de sua essencialidade e dignidade) e sua relação com a intersexualidade, além de menção a suas principais causas. Concluindo este estudo bibliográfico, houve análise dos princípios basilares da República Federativa do Brasil, com enfoque ao princípio da dignidade da pessoa humana como ideal constitucional e a importância de sua observância para formulação de qualquer base jurídica, além de uma análise à Lei de Registros Públicos e os princípios dos registros públicos demonstrando-se ainda a nítida violação existente ao direito à dignidade da pessoa humana e ao direito à personalidade pela Legislação analisada, além de se demonstrar a possibilidade de relativização das regras quando postas contra normas maiores ou ainda de sua modificação para bem atender às necessidades e à realidade da sociedade.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E OS MENORES INFRATORES

Gláucia Siprandi Bettamin

Daniel Pulcherio Fensterseifer

Objetivar-se-á no estudo posto proceder a uma análise sobre a possibilidade de aplicação da Justiça Restaurativa aos menores infratores quando do cometimento de infrações penais. Tornar-se-á necessário analisar se a utilização das medidas socioeducativas descritas no art. 112, do Estatuto da Criança e do Adolescente estão sendo suficientes para a ressocialização do menor, bem como para que haja a diminuição no cometimento de ilícitos. Analisar-se-á se a Justiça Restaurativa pode ser uma alternativa à tentativa de diminuir ou até mesmo estancar conflitos existentes entre vítima e ofensor/infrator. Assim, primeiramente, no estudo que se propõe, far-se-á necessário o estudo sobre a Justiça Restaurativa, seus mecanismos e aplicações, analisando o seu histórico, bem como aplicabilidade no Brasil e no Rio Grande do Sul. Em segundo momento, estudar-se-á sobre os menores infratores em conflito com a Lei, realizando um breve estudo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e as medidas socioeducativas e sua aplicabilidade no cometimento dos crimes por menores infratores. E, por fim, no terceiro capítulo, dissertar-se-á sobre a aplicação da Justiça Restaurativa para os menores infratores, seus modelos e alguns entendimentos jurisprudenciais acerca do tema posto. Os resultados da presente pesquisa estão atrelados a identificar que a aplicação da Justiça Restaurativa pode ser um caminho para a aplicação de uma justiça penal democrática, com resultados satisfatórios das partes envolvidas, havendo uma retribuição penal mais adequada. Impende referir que, para o desenvolvimento da presente pesquisa, utilizar-se-á o método de abordagem, classificado como dedutivo, o método de procedimento; o qual caracteriza-se como monográfico e, por fim, ressalta-se a utilização da técnica de pesquisa a ser utilizada, qual seja, a pesquisa indireta – bibliográfica e documental.

O ELEFANTE NA SALA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAL LEI DE DROGAS FRENTE À (SUPER) POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA

Kaline Damian da Rosa

Aline Ferrari Caeran

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito da atual legislação de drogas brasileira e a sua relação com o aumento constante e exacerbado da população carcerária do país. Para a realização do mesmo utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta bibliográfica como técnica de pesquisa. Este estudo objetivou impulsionar o debate acerca dos aspectos da Lei de Drogas vigente e a problemática do sistema proibicionista instalado no Brasil, a fim de indagar se o aumento da população carcerária possui os reflexos dessa atual legislação. No primeiro capítulo, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado para os primeiros relatos acerca do surgimento das drogas e os seus respectivos diplomas legais surgidos no Brasil. Ainda, realizou-se um estudo sobre o sistema proibicionista instalado e algumas de suas consequências. Por sua vez, no segundo capítulo, aprofundou-se a temática a respeito da Lei de Drogas atual – nº 11.343/2006 – a fim de analisar seus principais aspectos e mudanças. Por último, no terceiro capítulo, a fim de responder ao problema de pesquisa proposto, observaram-se os dados coletados pelo Departamento Penitenciário Nacional do ano de 2014 com o objetivo de verificar o aumento e as causas do aumento da população prisional, considerando que o Brasil é o quarto país que mais encarcera no mundo. Nesse sentido, verificou-se que o sistema proibicionista instalado no tocante a lei de drogas falhou na sua atuação, tendo em vista que contribuiu significativamente para o aumento do encarceramento no país.

BANCO DE HORAS E ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE HORAS

Marcos Antonio Reolon

André Rodrigues

O presente trabalho destaca um estudo a respeito da forma em que se constitui e se utiliza o acordo de compensação de horas e o banco de horas, dentro da seara do direito trabalhista, principalmente quando este envolve a figura do empregado e do empregador, formando-se, então, uma relação contratual para a prestação de serviços e a compensação de horas. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo foi direcionado para a concepção inicial de direito do trabalho no mundo e no Brasil, e o estudo das fontes formais e princípios do direito do trabalho os quais auxiliam na condução do direito material trabalhista. Posteriormente, adentrou-se no capítulo da duração do trabalho, expondo os propósitos que regem a duração do trabalho, classificando as jornadas de trabalho conforme sua complexidade, e indicando quais os intervalos que são devidos ao empregado dentro da relação contratual de trabalho. Concluindo este estudo bibliográfico, analisou-se efetivamente o banco de horas e o acordo de compensação de horas, apresentando a diferença entre ambos os institutos jurídicos e suas peculiaridades. Por fim, os limites e condições legais para a constituição de ambos, junto com a consolidada jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

O PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO DE CRÉDITOS ORIUNDOS DE PRECATÓRIOS E A POSSIBILIDADE DE SUA COMPENSAÇÃO

Natã Mateus Marchiori Ratzlaff

Jan Carlos Novakowski

O presente trabalho apresenta um modo de extinção de precatório com o instituto da compensação previsto no art. 368 do código civil e art. 170 do código tributário nacional. Se trará toda a base sobre a compensação e o precatório, além e suas peculiaridades de uso, conjuntamente com a base histórica. Com essa publicação se espera que a compensação de precatórios seja usada como uma forma de as empresas diminuïrem os seus passivos fiscais comprando precatórios com um deságio e os abatendo nas dívidas, e para os entes públicos formularem leis específicas para diminuir os seus passivos com precatórios. Foi utilizado o método de pesquisa bibliográfico como técnica de pesquisa, método dedutivo como método de abordagem e o método monográfico como método de procedimento. Como resultado ficou estabelecido que, para haver a possibilidade do uso da compensação com precatório, deverá existir lei específica com o procedimento para tal, sendo esse o entendimento do TJ/RS e STJ, conjuntamente com a modulação dos efeitos da ADI nº 4357, onde o STF extinguiu o regime especial de pagamentos de precatórios previstos no art. 97 do ADCT. Com esta publicação espera-se que os empresários e os membros do Poder Legislativo e Executivo usem essa modalidade como uma forma de diminuir os seus passivos fiscais, e que possam fazer um planejamento tributário, esperando que esta obra sirva de ajuda aos demais alunos e professores da área jurídica para futuras pesquisas e utilização em trabalhos.

O PAPEL DA OMC NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A QUESTÃO DA (IN)EFICIÊNCIA DA DIPLOMACIA NOS CONFLITOS COMERCIAIS

Patricia Bertoletti Tranquilo

Thiago Luiz Rigon de Araujo

Este trabalho foi realizado para se estudar como ocorre a atuação da Organização Mundial no Comércio, no desenvolvimento das relações internacionais na área comercial, bem como a (in)eficiência da diplomacia nos conflitos comerciais. Os objetivos consistem em estudar o que é o Direito Internacional Público em relação ao comércio internacional, verificar em que consistem as relações internacionais e analisar como ocorre atualmente a solução dos conflitos internacionais especialmente nos conflitos em que ocorre a atuação da Organização Mundial do Comércio. (OMC). O objetivo principal é examinar a importância da organização mundial do comércio nas relações internacionais. No desenvolvimento da pesquisa foi verificado que a diplomacia consiste em uma importante forma de se resolver os conflitos não apenas os comerciais, mas os conflitos em geral. Nos casos em que a negociação não é suficiente para realizar o entendimento, alguns órgãos podem atuar para encontrar uma solução vantajosa para todos. O Mercosul e a União Europeia possuem órgão para solucionar controversas criadas entre seus membros e que decorram de desentendimentos sobre as normas internas dos blocos econômicos. O Órgão de Solução de Controversas da Organização Mundial do Comércio é muito atuante no desenvolvimento das relações comerciais, sendo composto pelos painéis e pelo Órgão de Apelação. O Brasil já participou de diversas disputas, sendo vitorioso ao litigar contra grandes potências mundiais, como os Estados Unidos e a União Europeia.

O RECONHECIMENTO DA ADOÇÃO SOCIOAFETIVA *POST MORTEM* NO DIREITO BRASILEIRO

Ana Paula Sassanovicz

Aline Ferrari Caeran

O presente trabalho tem por objeto a análise da possibilidade de adoção *post mortem* no Direito Brasileiro. A pesquisa foi estruturada em três capítulos, sendo que no primeiro realizou-se a abordagem dos aspectos histórico-evolutivos acerca da família no direito brasileiro e os princípios norteadores das relações de filiação. No segundo capítulo, por sua vez, discorreu-se sobre o instituto jurídico da adoção no ordenamento jurídico brasileiro e seus elementos. E, no último capítulo, houve a verificação do reconhecimento da adoção socioafetiva *post mortem* frente ao entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores, nas hipóteses previstas em lei e quando não há procedimento de adoção em curso. Nesse sentido, em conformidade com a legislação vigente, a adoção *post mortem* é aquela que antes de ser efetivada, ou seja, antes de prolatada a sentença constitutiva, em procedimento em curso, falece o adotante. Para tanto, exige a lei que o adotante tenha, em vida, inequivocamente manifestado a vontade de adotar, bem como é necessário que preencha os requisitos necessários para que possa ser deferida a adoção. Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça também admite a possibilidade da adoção póstuma em algumas hipóteses, mesmo quando não há procedimento em curso, levando em consideração a posse do estado de filho, de forma pública e notória. Por fim, para a realização da pesquisa, o método utilizado é o dedutivo e a técnica de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial.

LEI DA GUARDA COMPARTILHADA: UM NOVO PARADIGMA NO MODELO DE RESPONSABILIDADE PARENTAL

Raquel Mendes Tagliari

Aline Ferrari Caeran

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar se a aplicação da guarda compartilhada pode ser considerada uma possibilidade concreta de proteção ou de aproximação dos laços afetivos entre filhos e seus genitores ou se seu novo modelo implicará em prejuízo para estes filhos. Diante disso, no primeiro capítulo, foram abordados os aspectos histórico-conceituais da guarda e princípios constitucionais. Ainda, foram abordados os delineamentos e as diferenciações entre guarda compartilhada e guarda alternada. No segundo capítulo, foi estudado o dissenso e o problema da alienação parental, que é a implantação de falsas memórias por parte de um dos cônjuges, bem como a Lei 12.318/2010 que procurou coibir a violência doméstica contexto das relações familiares. No terceiro capítulo, verificou-se a guarda compartilhada e a efetivação dos princípios constitucionais, assim como as perspectivas e dificuldade entre a teoria e o excesso da guarda compartilhada, sendo analisado o princípio do melhor interesse do menor e o da convivência familiar. Ademais, no último capítulo ainda demonstrou-se a nova dimensão na convivência familiar acerca da proteção dos filhos da aproximação dos laços afetivos quando se trata da guarda compartilhada. Outrossim, também analisou-se a hipótese da guarda compartilhada ser vista como o novo modelo a ser inserido nas famílias, cujos pais se separam e litigam pela guarda dos filhos. Por fim, cumpre salientar que esse trabalho foi realizado através do método dedutivo e por meio de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial.

O ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO PENAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Regina Zanette

Maura da Silva Leitzke

O presente trabalho teve como objeto o Direito Processual Penal brasileiro. A história do processo penal é marcada por diversos abusos por parte da autoridade estatal em relação ao indivíduo acusado. A partir do momento que não se pôde mais suportar as violações de liberdade e integridade física na sistemática processual penal, surgiram garantias processuais a fim de defender o acusado dos abusos do Estado, colocando a dignidade da pessoa humana frente ao poder punitivo. O processo penal é o instrumento pelo qual se busca a verdade através do exercício da atividade probatória, reconstruindo o fato criminoso a partir da prova. Analisar como é feita a distribuição do ônus probatório no processo penal foi o enfoque da presente pesquisa, uma vez que persistem opiniões opostas na doutrina e jurisprudência a respeito do assunto. Assim, realizou-se um estudo com a bibliografia atual e os principais diplomas legais que tratam do processo e da prova no ordenamento jurídico brasileiro. Buscou-se também, estabelecer quais são as incumbências da acusação e da defesa dentro do processo. Para tanto, abordou-se os princípios constitucionais que protegem o acusado, dando ênfase ao princípio da presunção de inocência como proteção máxima no Estado Democrático de Direito, concluindo com a demonstração do ônus da prova e relacionando-o com o princípio em enfoque.

MEDIAÇÃO FAMILIAR E *THERAPEUTIC JURISPRUDENCE*: A HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Sheila Aparecida Luca

Patricia Luzia Stieven

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Estado Constitucional e Cidadania na Sociedade Contemporânea. A delimitação do tema é a mediação familiar e *Therapeutic Jurisprudence*: a humanização da justiça, objetivando enfatizar um estudo a respeito da forma como a mediação familiar, aliada à *Therapeutic Jurisprudence*, pode ser um método mais eficaz na resolução dos conflitos familiares, onde humaniza o processo e se importa com os sentimentos e consequências que uma sentença inadequada pode trazer à vida das partes envolvidas no conflito. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado para a conceituação e explicação de conceitos como conflito, comunicação construtiva e de mediação, instituto que ainda possui certa resistência no mundo jurídico e explicações de algumas confusões feitas entre mediação e conciliação. Posteriormente, comenta-se sobre a forma que a mediação é trabalhada no processo, tanto a judicial quanto a extrajudicial e seus benefícios. Foi aprofundado o estudo sobre mediação familiar e procurou-se explicar o porquê da importância da mediação para reestabelecer os laços familiares, anteriormente deteriorados pelo conflito. Concluindo este estudo bibliográfico analisou-se o conceito de *Therapeutic Jurisprudence*, explicando o porquê que se utilizou o termo em inglês. Além disso, os efeitos terapêuticos e anti-terapêuticos das leis sobre os agentes que dela se utilizam, tendo como parâmetro a *Therapeutic Jurisprudence* para aumentar o bem estar psicológico das pessoas que passam por essas situações conflituosas, tanto judicial, quanto extrajudicialmente. Ademais, analisaram-se os efeitos terapêuticos da mediação quando aliada à *Therapeutic Jurisprudence*, principalmente em questões familiares através da mediação familiar. Utilizou-se de uma metodologia baseada no método indutivo de abordagem, desenvolvida pelo método monográfico, trazendo como resultado o caráter humano que a mediação familiar traz aos conflitos judiciais e extrajudiciais.

A RESPONSABILIZAÇÃO PELAS VERBAS TRABALHISTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA TERCEIRIZAÇÃO

Valério Peretto Werbilo

André Rodrigues

O presente trabalho tem por objetivo a análise da terceirização na Administração Pública e da responsabilidade desta pelas verbas trabalhistas decorrentes da relação jurídica formada entre empresa prestadora de serviço e seus trabalhadores. Para isso se faz necessária uma análise histórica da terceirização, desde a época da escravidão, onde o passar das décadas o trabalho passaria por mudanças, onde os direitos dos trabalhadores foram sendo reconhecidas e ganhando força perante os seus patrões, onde varias conquistas e direitos foram sendo acrescido em favor dos mesmos, em meados dos anos 70, um fenômeno chamado terceirização do trabalho e suas verbas trabalhistas vieram ganhando espaço, demonstrando o momento e o porquê este instituto passou a ser utilizado na Administração Pública. Assim, ao tratar do ente público, imprescindível fazer alguns comentários acerca dos princípios que regem suas ações. Avaliada a forma de contratação, bem como o ente estatal, ocorrem estudos sobre a responsabilidade causada pelo inadimplemento das verbas trabalhistas por parte do prestador de serviços, principalmente quando a forma da realização pelo tomador de serviço é ocupada pela Administração Pública.

ANÁLISE TEÓRICA ACERCA DOS FINS DA PENA SEGUNDO A PROPOSTA FUNCIONALISTA DE CLAUS ROXIN

Paula Marcolan Toso

Jean Mauro Menuzzi

O presente trabalho de monografia de conclusão de curso tem como objetivo uma análise acerca dos principais e mais discutidos elementos do marco teórico que é a proposta funcionalista penal de Roxin, quais sejam, a teoria da imputação objetiva e a culpabilidade convertida em responsabilidade, esta, segundo a ideia de Roxin, deverá ser utilizada como critério de justificação da imposição da pena ao agente que pratica delitos. No entanto, para que seja possível a compreensão a respeito do pensamento roxiniano, faz-se necessária um breve pesquisa acerca das principais teorias responsáveis pela evolução epistemológica do conceito de ação para o Direito Penal, sendo elas, o causalismo (naturalista e normativista), o finalismo e, finalmente, o funcionalismo em suas principais acepções: o sistêmico promulgado por Gunder Jakobs e o Teleológico-racional desenvolvido por Roxin, este último, objeto fundamental do presente estudo. Além disso, fora realizada uma breve comparação entre a teoria da equivalência dos antecedentes, da qual trata o artigo 13 do Código Penal brasileiro e a teoria da imputação objetiva, que, poderá servir como uma possível complementação ao referido instituto penal. Por fim, fora realizado breves apontamentos críticos, denotando os pontos positivos e negativos acerca da proposta de Roxin e sua implementação no ordenamento jurídico brasileiro. A pesquisa é bibliográfica, com enfoque qualitativo, procurando explicar o problema a partir de referências teóricas sobre a necessidade de discussão sobre a possibilidade de aplicação da teoria funcionalista de Roxin, a qual, quando tomados às devidas ponderações necessárias a manutenção da segurança jurídica, poderá trazer soluções eficazes para que haja diminuição da criminalidade moderna e para que seja possível que o Direito Penal cumpra sua função suprimindo, desse modo, as lacunas presentes no Código Penal pátrio, que alicerça seus pilares no finalismo de Welzel.

A ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS NO DIREITO BRASILEIRO

Cristiane Ramires Ribeiro

Aline Ferrari Caeran

O presente trabalho enfatiza um estudo sobre a adoção por casais homoafetivos na legislação brasileira. É de suma importância tratar acerca do tema a fim de observar a evolução social dos padrões familiares e romper com paradigmas acerca da formação familiar que geram arraigado preconceito social, além de dar suporte aos operadores do direito. Nesse sentido, a controvérsia cinge-se na análise dos fundamentos jurídicos para a adoção por casais homoafetivos. Para a realização da pesquisa, utilizou-se o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfica como técnica de pesquisa. Inicialmente, o estudo foi direcionado a tratar dos conceitos históricos do instituto jurídico da adoção, bem verificar como a adoção é tratada pelo estatuto da criança e do adolescente e pelo código civil brasileiro. Posteriormente, foram explorados os princípios que norteiam a adoção, sendo estes os princípios da pessoa humana sua relação com a adoção por casais homoafetivos, o princípio da afetividade e seu vínculo com a estruturação familiar, o princípio do melhor interesse ao menor e o princípio da igualdade e respeito a diferença. Por fim, abordou-se a possibilidade de estabelecer família homoafetiva perante a lei, bem como os limites e as possibilidades que estas famílias enfrentam no processo de adoção, ainda explorando os aspectos patrimoniais e os vínculos afetivos entre todos os envolvidos. É notável o preconceito existente e a mentalidade retrógrada de muitas pessoas, que não concordam com a adoção por casais homoafetivos, porém estas pessoas não pensam e nem se importam com as milhares de crianças e adolescentes que estão sendo abandonados maltratados ou ainda marginalizados. Assim, por mais polêmico que este assunto seja na área do direito, o mesmo deve ser revisto e discutido, pensando sempre no bem-estar das crianças e adolescentes, dando a eles o que eles mais querem e precisam: amor.

APLICABILIDADE DAS COTAS RÍGIDAS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Lucas Dalla Nora
César Luis Pinheiro

O presente trabalho monográfico visa analisar o sistema das ações afirmativas no sistema jurídico brasileiro, sua aplicabilidade, necessidade ou não, fatores e critérios a serem observados para cumprimento dos princípios constitucionais relacionados. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Em um primeiro momento fez-se um estudo relacionado à conceituação das ações afirmativas e da evolução histórica do princípio da igualdade. Feito isso, buscou-se comparar a realidade dos Estados Unidos com a do Brasileiro, evidenciando semelhanças e diferenças. Por fim, foram utilizadas as ponderações feitas para buscar um critério de ação afirmativa aplicável a realidade brasileira que alcance maior observância do princípio da igualdade.

ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL DA PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA NO CASO DE VÍTIMA MENOR DE QUATORZE ANOS

Paola Souchie Rocha

Tiago Galli

O presente trabalho, com tema delimitado “Estupro de vulnerável: uma análise doutrinária e jurisprudencial da presunção de violência no caso de vítima menor de quatorze anos”, possui como objetivo analisar a problemática envolvendo o crime de estupro de vulnerável quando a vítima for menor de quatorze anos, especificamente em relação à presunção de violência contida no tipo penal. A Lei 12.015/2009 buscou sanar essa discussão, trazendo implicitamente a ideia de que se trata de presunção absoluta de violência, não sendo possível relativizar frente ao caso concreto. Assim entende por acreditar que os indivíduos menores de quatorze anos não possuem discernimento para consentir com o ato, uma vez que se encontram em desenvolvimento e não possuem maturidade suficiente para tanto. Logo, a referida Lei pretende, portanto, proteger o desenvolvimento sexual desses menores. Entretanto, muito embora a legislação tenha procurado solucionar a divergência, ainda há muita discussão sobre o tema. Parte dos doutrinadores e juízes seguem esse pensamento, outros, entretanto, acreditam ser possível e necessária uma relativização quando encontradas algumas circunstâncias específicas no caso concreto, tais como o grau de discernimento da suposta vítima, seu consentimento com o ato e a existência de relacionamento amoroso entre as partes. Diante da discussão latente sobre o tema, torna-se importante e relevante a abordagem desse assunto no presente trabalho.

A RESPONSABILIDADE DO IBAMA NAS ATIVIDADES DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Marcelo Antonio da Costa

Renata Egert

O presente trabalho de conclusão de curso traz por objetivo estudar os aspectos históricos do direito ambiental desde o seu surgimento até os dias atuais, suas fontes, seus desenvolvimentos, como fora constituído o projeto referente a proteção do meio ambiente, com um foco bastante avançado nos estudos dos órgãos de proteção do meio ambiente, ou seja, como atuam junto ao seu executor no conjunto sistemático ambiental. Será estudado a fonte do direito ambiental, seus aspectos históricos, ainda será feita uma análise da Política Nacional do Meio Ambiente (LPNMA), seu objetivo, seus instrumentos e seus princípios, por fim, será realizada uma análise geral da autarquia federal IBAMA como órgão de proteção do meio ambiente, sua formação, as mudanças em sua estrutura, seu papel junto ao licenciamento ambiental e o conjunto de procedimentos para que sejam concedidas as licenças, por fim, sendo visto o poder de polícia e a divisão do IBAMA. Analisando a grande transformação e evolução do conjunto sistemático ambiental desde o começo da preocupação do ser humano com relação a proteção ambiental conclui-se que as pessoas devem dar a devida importância ao uso dos recursos naturais, ou seja, dentro da Política Nacional do Meio Ambiente com a devida certeza estariam garantindo o direito ao desenvolvimento sustentável, assim sendo, usando hoje, mas garantindo o amanhã. O estudo foi dedutivo de pesquisa bibliográfica e monográfica.

OS AVANÇOS E RETROCESSOS DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS A PARTIR DA LEI Nº 13.140/2015

**Thaís Sortica Machado
Silvana Raquel Brendler Colombo**

O presente trabalho possui como finalidade apresentar as inovações trazidas pela Lei nº 13.140/2015 no que se refere ao instituto da mediação como método de solução consensual de conflitos. No primeiro capítulo foi abordado o conceito da mediação e sua diferenciação em relação aos demais métodos de solução de conflitos, tais como a negociação, conciliação e arbitragem. Já o segundo capítulo tratou do instituto dos modelos de mediação e seu processo de acordo com a Lei da mediação e a Resolução do Conselho Nacional de Justiça. Por fim, analisou-se as respectivas inovações trazidas para o ordenamento jurídico com a Lei nº 13.140/2015, e conseqüentemente os avanços e retrocessos que esta lei trouxe a mediação de conflitos. Para tanto, buscou demonstrar quais foram os aspectos positivos e negativos desta lei para a resolução dos conflitos. Para que seja feita essa análise, no presente fora utilizado como método de abordagem o método dedutivo; como método de procedimento o monográfico, e ainda, com método de pesquisa a pesquisa indireta – bibliográfica.

**CRIMES SEXUAIS – ESTUPRO, ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR
ANTES E DEPOIS DO ADVENTO DA LEI 12.015/2009**

Alessandro Casaril

Maura da Silva Leitzke

O presente trabalho tem por objetivo analisar os delitos de estupro e atentado violento ao pudor antes e após a entrada em vigor da Lei 12.015/2009, desta forma, abordando as principais modificações ocorridas para por fim, fazer um comparativo, de modo a explorar os efeitos em nosso ordenamento jurídico, decorrentes da criação desta nova lei. A realização do mesmo se utilizou do método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta e bibliografia como técnica de pesquisa. Para isto, inicialmente elaborou-se uma breve abordagem histórica dos crimes sexuais, em seguida, serão avaliados os aspectos do crime de estupro com relação à classificação doutrinária, formas qualificadas, bem como a possibilidade de concurso material e continuidade delitiva. Neste contexto mostraremos várias colocações doutrinárias e jurisprudenciais, especialmente dos Tribunais Superiores. Além do mais, trataremos também das mudanças na ação penal trazidas pela atual legislação.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO CORRETOR DE IMÓVEIS

Anderson Almeida Trevisol

César Luis Pinheiro

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo, o estudo do instituto da responsabilidade civil, desde o seu aparecimento no direito romano até os dias atuais, como está positivada no ordenamento jurídico brasileiro, relacionando a mesma com a figura do corretor de imóveis e as funções exercidas pela classe. Na realização do presente foi utilizado o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento, e a pesquisa indireta como método de pesquisa. Primeiramente buscou-se analisar a responsabilidade civil, trazendo desde o histórico do instituto, os seus pressupostos, sua função e o que mais se achou pertinente ao presente estudo. Posterior a isto, o foco foi a figura do corretor de imóveis, trazendo desde o surgimento da profissão, seus direitos e deveres, a relação com a ética profissional e também sobre o contrato de corretagem, que autoriza o corretor de imóveis representar alguém em um negócio imobiliário. Por fim, busca-se a relação entre a responsabilidade civil e o corretor de imóveis, face o código civil brasileiro e o código do consumidor, apresentando a aplicação do instituto a transações imobiliárias, propaganda, e informações prestadas pelo corretor habilitado.

A (IM)POSSIBILIDADE DO MUNICÍPIO DESAFETAR ÁREA VERDE URBANA INCORPORADA AO DOMÍNIO PÚBLICO DE USO COMUM EM PROCESSO DE LOTEAMENTO

Eliana Argenta Mariani

Silvana Raquel Brendler Colombo

O presente estudo analisa a (im) possibilidade de desafetação de áreas verdes pelo poder público municipal, advindas de aprovação de loteamentos, as quais se convertem em bens públicos de uso comum do povo, após o registro no Álbum Imobiliário. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta, como bibliográfico. Inicialmente, foi necessário um estudo bibliográfico, a fim de conceituar acerca dos bens públicos, a classificação sob o prisma do Código Civil, quanto a destinação, mais precisamente sobre os bens de uso comum do povo, nos quais estão incluídas as áreas verdes, bem como da possibilidade de sua alienação pelo Ente público municipal, utilizando-se do instituto da desafetação. Na sequência examinou-se as garantias constitucionais, o Estatuto das Cidades, plano diretor municipal, conceituando as áreas verdes, desde a sua origem, as funções que elas desempenham para a qualidade de vida urbana, até seu planejamento. Tratou-se sobre a lei do parcelamento do solo urbano, distinguindo as formas de desmembramento, parcelamento e loteamento, sendo esse último, o ponto relevante nesse estudo, visto que um dos requisitos para que o mesmo seja aprovado pela municipalidade, é a reserva de uma área verde, a qual é transferida ao domínio público do município, passando a condição de bem público de uso comum do povo. Posteriormente, foram apontadas as áreas verdes à luz da função social da cidade, bem como dos objetivos da Política Nacional de Meio ambiente, em tornar efetivo o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como prevê o princípio matriz contido no caput do artigo 225 da Constituição Federal. E por fim, foram apresentados os argumentos contrários e favoráveis da doutrina e Jurisprudência dos Tribunais, quanto ao posicionamento dos Magistrados acerca dessa possibilidade ou não. Ademais, buscou-se demonstrar que a possibilidade ou não da desafetação das áreas verdes, é assunto divergente entre doutrinadores e magistrados, haja vista não ter um entendimento uniforme quanto a aplicação das normas que às tutelam, cuja interpretação favorável muitas vezes aduz a situação fática, justificando assim sua desafetação para outra finalidade, ao mesmo tempo que os contrários defendem que esse procedimento afronta a legislação pátria, provocando sérios danos ao meio ambiente e prejuízos para o interesse público. Finalmente, diante de todo o estudo

realizado, imprescindível concluir que existe uma grande disparidade de entendimentos sobre a possibilidade ou não do município em desafetar áreas verdes, advindas de processo de loteamento não existindo uma norma e/ou resposta pronta que poderia ser aplicável para todos os casos, que de maneira satisfatória atenda a todos os anseios e solucione todos os problemas da sociedade moderna.

DIREITO REAL DE HABITAÇÃO POR EQUIPARAÇÃO PÓS-MORTE DO CÔNJUGE E DOS COMPANHEIROS SOBREVIVENTES

Alana Rodrigues Raatz

Maurício Zandoná

O presente trabalho monográfico tem por objetivo o estudo a respeito da concessão do Direito Real de Habitação do Cônjuge e do Companheiro Sobrevivente, bem como sua extensão as relações homoafetivas, buscando sanar dúvidas sobre seu alcance e aplicabilidade. Para a realização do trabalho, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Inicialmente, a primeira abordagem deste estudo foi direcionada ao Direito de Família, as evoluções ocorridas no decorrer do tempo, a formação das entidades familiares, as espécies de família existentes, e por fim as formas de extinção do vínculo matrimonial. Posteriormente, a pesquisa abrangeu o Direito das Sucessões, aprofundando-se em estudar quais são as características e finalidades do direito sucessório, descrição da sucessão hereditária e qual a posição do cônjuge e do companheiro na sucessão. Para finalizar o trabalho abordou-se o Direito Real de Habitação, iniciando pela caracterização de direitos reais, após foi dado ênfase a caracterização dos direitos reais incidentes sobre coisas alheias, o estudo mais aprofundado sobre o direito real de habitação. Por fim, as mudanças ocorridas em relação ao Direito Real de Habitação e a aplicabilidade em relação ao cônjuge e companheiro sobrevivente, heteroafetivo e homoafetivo, com a análise de julgados envolvendo o caso em apreço.

ESTUPRO DE VULNERÁVEL: UMA ANÁLISE SOBRE A RELATIVIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE DO MENOR DE 14 ANOS

Michele Donatti

Olivério de Vargas Rosado

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito do estupro de vulnerável, nos moldes do artigo 217-A do Código Penal, verificando a possibilidade ou não de relativização da vulnerabilidade das vítimas nos crimes praticados contra a dignidade sexual, principalmente quando este envolve menores de 14 anos. Para a realização do mesmo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfico como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo bibliográfico foi direcionado a fazer um breve estudo sobre o Direito Penal brasileiro, abordando sua conceituação, verificando a evolução e adequação da legislação penal na sociedade, bem como a teoria geral do delito conceituando a infração penal e diferenciando crime de contravenção. Abordou-se também o conceito de crime, em suas variadas formas. Posteriormente, aprofundou-se sobre a figura do estupro propriamente dito, abordando seu histórico, a sua conceituação, verificando-se as suas respectivas especificidades e o amparo constitucional como bem jurídico tutelado. Concluindo este estudo bibliográfico, analisou-se os elementos epistemológicos da vulnerabilidade, bem como a conceituação da vulnerabilidade e a sua possível relativização, partindo do pressuposto de que o menor de 14 anos já possua vida sexual ativa. Ademais, analisou-se o crime de estupro de vulnerável, os elementos que o integram e suas peculiaridades.

FLEXIBILIZAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS

Ronaldo Adriano Dos Santos

André Rodrigues

O presente trabalho realiza o estudo do instituto da flexibilização das leis trabalhistas, baseado em buscar esclarecer os seus meandros no que tange a sua aplicabilidade nas relações de trabalho contemporâneas, buscando conhecer qual o lado positivo e o lado negativo do instituto e ao final buscar saber se a flexissegurança seria a saída para dar termo a controvérsia. Foi realizado no desenvolver do presente trabalho uma extensa pesquisa bibliográfica a respeito dos temas, buscando aparato em livros, sites e artigos científicos relacionados ao assunto em debate. Em um primeiro momento o estudo foi fundamentado na exposição histórica do trabalho, abarcando a evolução do mesmo, que iniciou com a escravidão, passando pela servidão, ao feudalismo, adentrado na Revolução Industrial e chegando ao sistema laboral contemporâneo. Posteriormente se fez necessário o estudo do Direito do Trabalho, trazendo o conceito deste, pelos olhares atentos dos doutrinadores expertses no assunto. No andar da pesquisa, buscamos trazer as fontes do Direito do Trabalho, onde nos deparamos com as fontes materiais e formais. Mais adiante, adentramos no terreno específico da flexibilização das leis trabalhistas, fazendo um apanhado da influencia do neoliberalismo e da globalização no instituto, neste caminhar foi realizada a definição do que é a flexibilização das leis trabalhistas, quais as suas modalidades que existem, como por exemplo o contrato por tempo determinado, o trabalho em tempo parcial, o trabalho intermitente, a flexibilização dos horários e de salários e a flexibilização mediante pactos. Mais à frente, buscamos detectar a incidência da flexibilização das leis trabalhistas no tocante a Reforma Trabalhista, originada na Lei 13.467/2016, e os principais institutos que foram flexibilizados na novel legislação. Caminhado adiante, foi relacionado através do estudo, quais seriam os pontos positivos da aplicação da flexibilização, chegando a conclusão de que os que defendem que seja flexibilizado o ordenamento, o faz com base na visão de que o trabalho evoluiu, assim como a sociedade, e que é necessário uma adaptação da legislação trabalhistas a realidade atual. De outro ponto, o viés contrario à flexibilização do ordenamento, aduz que poderá ocorrer a diminuição dos direitos do trabalhador, ferindo a sua dignidade como pessoa humana. Finalizamos o presente estudo, trazendo o instituto da flexissegurança, um modelo europeu de flexibilização, porém mais atualizado e visando não só flexibilizar as normas, mas garantir a segurança do trabalhador seria assim um mecanismo mais coerente, tendo em vista que é mais garantista, o que faz com que o capital não possa se sobrepor ao trabalho.

HORAS EXTRAS *IN ITINERE*

Édipo Weizemann Jardim

Tarcisio Vendruscolo

Esta monografia foi desenvolvida para se estudar as horas *in itinere*, mais especificamente como as negociações coletivas podem interferir em seu pagamento. O objetivo geral consiste em realizar um estudo aprofundado da incidência de horas extras *in itinere*. Os objetivos específicos consistem em verificar a evolução histórica do direito do trabalho e da jornada de trabalho, analisar a incidência do instituto das horas extras *in itinere* na jornada de trabalho, verificar a validade da convenção coletiva que prevêem a isenção do pagamento de horas *in itinere* por parte do empregador. As horas *in itinere* podem ser objeto de negociação coletiva, de forma que, poderá a norma coletiva realizar uma flexibilização das horas. Conforme previsão contida na CLT pode em alguns casos ser estabelecido o tempo médio onde o tempo a ser pago ao trabalhador pode ser menor do que o efetivamente gasto no seu deslocamento, mas conforme entendimento que pode ser verificado na jurisprudência dos Tribunais Superiores para que estas normas coletivas sejam consideradas válidas deve haver uma proximidade entre o tempo de deslocamento e o recebido pelo trabalhador. As horas *in itinere* foram um assunto alterado pela reforma trabalhista, há quem entenda que quem estava recebendo o seu pagamento deve manter por ser um direito adquirido, há quem entenda que deva ser abolida para todos os trabalhadores. Certamente quando a reforma entrar em vigor diversas ações serão iniciadas no poder judiciário objetivando resolver esta questão o que nos resta é esperar para verificar como os tribunais superiores tratarão o assunto principalmente com relação as negociações coletivas de horas *in itinere*. Na metodologia como método de pesquisa será usado o dedutivo, como método de procedimento o monográfico e como método de pesquisa será realizado a pesquisa jurisprudencial e a bibliográfica.

A EFICÁCIA DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Lucinéia Froner

Maura da Silva Leitzke

O presente trabalho enfatiza um estudo a respeito da audiência de custódia, tema escolhido por tratar de mudanças e adequações necessárias em nosso ordenamento. Nos últimos anos a legislação processual penal brasileira vem sofrendo grandes e profundas alterações, oriundas da necessidade de conformação dos diversos institutos. Com a promulgação da Lei nº 12.403/2011, a chamada Lei das Medidas Cautelares, introduziu-se algumas mudanças em nosso ordenamento jurídico, contudo insuficientes para garantir importantes direitos do preso, deixando lacunas, dentre elas a ausência da audiência de custódia. Para a realização deste estudo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta, bibliográfica como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste trabalho bibliográfico foi direcionado para os primeiros diplomas legais que trataram sobre a audiência de custódia, como projetos, emendas constitucionais e resoluções, tudo para adequação do ordenamento jurídico brasileiro com os textos internacionais. A audiência de custódia já possui regulamentação através da Resolução nº 213 do Conselho Nacional de Justiça e exige dos operadores do direito uma maior responsabilidade, pois, juízes, promotores e advogados devem trabalhar com prudência, buscando o resguardo da dignidade da pessoa humana com ênfase no devido processo legal constitucional, bem como a humanização do Direito Processual Penal, dentro dos critérios da legalidade e da eficiência. Portanto, a audiência de custódia, é implantação relevante, quer para assegurar o respeito às garantias individuais como também para prevenir que pessoa presa, que apresente periculosidade à sociedade, seja posta em liberdade de imediato, ou seja, ao lado de atender os interesses da pessoa presa, deve atender os interesses da sociedade, visando reduzir a população carcerária e economizar recursos. Conclui-se que há avanços significativos para o desenvolvimento no país da temática, apesar das dificuldades enfrentadas, dos desafios e críticas, na efetivação concreta de sua implementação, a audiência de custódia caminha a passos lentos para a algo que seria o ideal e justo no Brasil.

ACIDENTE DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE SEUS REFLEXOS NO DIREITO DO TRABALHO

**Gabriela Saraiva Negrini
Olivério de Vargas Rosado**

Este trabalho tem como objetivo examinar os acidentes de trabalho ocorridos na vigência do contrato de trabalho e seus reflexos no direito. O empregado esteve durante muito tempo a mercê dos empresários, e de poucas legislações, que quando existiam, não protegiam corretamente seus direitos. Nesta senda, a partir da evolução do processo de trabalho foram criadas legislações que garantiram maiores direitos ao trabalhador, dentre estas a possibilidade de ser ressarcido quando for comprovada alguma enfermidade que venha a decorrer de algum acidente de trabalho ou do próprio labor. Essa ampla área encontra-se em evolução, nesse sentido, é um assunto de grande relevância para a sociedade. O acidente de trabalho gera consequências múltiplas, seja ao empregado, que tem atingida a sua saúde e sua dignidade, seja ao empregador, que sofre o peso econômico do sinistro, por isso, um acidente de trabalho movimenta todo um mecanismo social e, paralelamente, gera reflexos econômicos em todos os envolvidos. Para a realização do estudo, utilizou-se o método dedutivo como método de abordagem, o método monográfico como método de procedimento e a pesquisa indireta - bibliográfica como técnica de pesquisa. Inicialmente, o foco deste estudo foi o conceito de direito do trabalho e a evolução do direito do trabalho.

CRIMINOLOGIA: UM ESTUDO SOBRE OS FATORES PSICOLÓGICOS, SOCIAIS E CARCERÁRIOS QUE PODEM LEVAR A CRIMINALIDADE E A REINCIDÊNCIA

Chela Zanatta da Silva

Tiago Galli

A sociedade, desde os tempos mais remotos, demonstra, seguramente, o declínio a desentendimentos entre si, tornando-se, deste modo, habitual a prática de crimes como forma de demonstração de poder. O presente trabalho monográfico tem como escopo analisar os aspectos básicos da criminologia concernentes ao delito, ao criminoso e à vítima e melhor compreender os fatores que influenciam e instigam o homem à prática de crimes. Para combater a criminalidade, o ponto crucial é voltar-se ao início, ou seja, onde se formaram os conflitos, razões que o desencadearam e os motivos influenciadores, demonstrando, assim, a importância de tal estudo para frear a reincidência. São inúmeros os fatores que podem colaborar para o aumento da criminalidade, podendo ser o meio onde o indivíduo vive e até mesmo a questão da personalidade, destacando-se a prisão como fator criminógeno, pois demonstra total incompatibilidade com a sua função ressocializadora.

A presente edição foi composta pela URI,
em caracteres Garamond,
formato e-book, pdf, em abril de 2018.